



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTE
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

DORGIVAL FERREIRA DA SILVA

**CANGAÇO – SOFRIMENTOS, CRIMES E LUTAS NO SERTÃO NORDESTINO
(1920-1930)**

Maceió

2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTE
CURSO DE HISTÓRIA LICENCIATURA

DORGIVAL FERREIRA DA SILVA

**CANGAÇO – SOFRIMENTOS, CRIMES E LUTAS NO SERTÃO NORDESTINO
(1920-1930)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de História Licenciatura da Universidade Federal de Alagoas, como requisito final para a obtenção do Título de Graduação em Licenciatura em História, sob a orientação do professor José Roberto Santos Lima.

Maceió

2020

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecário: Marcelino de Carvalho Freitas Neto – CRB-4 – 1767

S586c Silva, Dorgival Ferreira da.
Cangaço : sofrimentos, crimes e lutas no sertão nordestino / Dorgival Ferreira da
Silva. – 2020.
80 f. : il. color.

Orientador: José Roberto Santos Lima.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso em História : licenciatura) –
Universidade Federal de Alagoas. Instituto de Ciências Humanas,
Comunicação e Artes. Maceió, 2020.

Bibliografia: f.

77-80.

1. Cangaço. 2. Estilo de vida - Sertão - Brasil, Nordeste. 3. Coronelismo. I.
Título.

CDU: 94(812/813)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS, COMUNICAÇÃO E ARTES
CURSO DE HISTÓRIA

TERMO DE APROVAÇÃO

O Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado
“ Alagoas: Separamentos, Crises e Lutas no Sertão
Nordestino ” elaborada(o) por
MARGIVAL FERREIRA DA SILVA e aprovado por
todos os membros da Banca Examinadora, cumprindo as exigências para obtenção do
título de Licenciatura em História.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.(a) José Roberto Santos Lima
Orientador (a): JOSÉ ROBERTO SANTOS LIMA

Prof.(a) Anderson da Silva Almeida
1º Examinador (a): ANDERSON DA SILVA ALMEIDA

Prof.(a) Alberto Vivar Flores
2º Examinador (a): ALBERTO VIVAR FLORES

Maceió, Alagoas

12/10/2020

FOLHA DE APROVAÇÃO

AUTOR: DORGIVAL FERREIRA DA SILVA

CANGAÇO – SOFRIMENTOS, CRIMES E LUTAS NO SERTÃO NORDESTINO

Monografia submetida ao Corpo Docente da Coordenação do Curso de História Licenciatura, da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), e aprovada em 12 de fevereiro de 2020.

Prof. José Roberto Santos Lima (Orientador)
Universidade Federal de Alagoas

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Anderson da Silva Almeida
Universidade Federal de Alagoas

Prof. Dr. Alberto Vivar Flores
Universidade Federal de Alagoas

Aos meus pais Antônio e Sebastiana.

AGRADECIMENTOS

A meus pais e irmãos, amigos de todas as horas;

A minha esposa e filho, pelo carinho e apoio;

Aos professores Robertinho e Anderson da Silva Almeida, pela amizade e apoio durante a execução deste trabalho;

Aos professores Alberto Vivar Flores, Lídia Baumgarten, Antônio Alves Bezerra e José Roberto Gomes da Silva, pela competência e profissionalismo com que conduziram suas aulas, as quais foram muito significativas para o meu aprendizado;

Aos colegas Adriano Bonfim, Hugo D'Leon, Generva Soares e José Samuel, pela amizade e apoio durante a caminhada do curso.

“Triste e magro é o sertão desse país”.
(Macedo, 1975, p. 14)

“Assim fala o pobre
do seco Nordeste
com medo da peste
da fome feroz”.
(Patativa do Assaré, 1965)

RESUMO

Nos anos que se seguiram após a implantação da República e durante as primeiras décadas do século XX, ocorreram no Brasil vários movimentos de revoltas, lutas armadas e agitações políticas. O Cangaço foi um deles. Originário de uma realidade cruel e opressora, o cangaço tinha a violência como marca registrada. Sua particularidade está no fato de que os cangaceiros, ao contrário dos jagunços, não possuíam patrões, não tinham uma ideologia política de melhorias sociais nem tampouco lutavam contra os males sociais que assolavam a vida dos sertanejos nas décadas de 1920 e 1930. Antes, eles próprios aterrorizavam as populações quando, em bandos armados, percorriam os sertões, praticando os mais diversos crimes nas pequenas cidades e vilarejos. Corajosos e ousados, desafiavam a polícia e o poder dos coronéis. Leais aos amigos, eram implacáveis com os traidores, cometendo crimes terríveis. Admirados por uns e odiados por outros, sua figura controversa desperta, ainda em nossos dias, o interesse de profissionais dos mais diversos campos da ciência, mesmo extintos há mais de oito décadas. Esse trabalho de pesquisa trata sobre as implicações que levaram tantos homens e mulheres a ingressarem nas fileiras do cangaço. Ao nos aprofundarmos nos pormenores da história, buscaremos compreender essa parte tão significativa da nossa História.

Palavras-chave: Cangaço; sertão nordestino; vida sertaneja; coronelismo; volantes policiais.

RESUMEN

En los años que siguieron a la implantación de la República y durante las primeras décadas del siglo XX, hubo varios movimientos de revueltas, luchas armadas y disturbios políticos en Brasil. El Cangaço fue uno de ellos. Originario de una realidad cruel y opresiva, el cangaço tenía la violencia como marca registrada. Su particularidad es el hecho de que los cangaceiros, a diferencia de los jagunços, no tenían jefes, no tenían una ideología política de mejoras sociales, ni luchaban contra los males sociales que asolaban la vida de los sertanejos en las décadas de 1920 y 1930. Ellos mismos aterrorizaron a las poblaciones cuando, en pandillas armadas, vagaron por el interior, practicando los crímenes más diversos en pequeños pueblos y aldeas. Valientes y atrevidos, desafiaron a la policía y al poder de los coroneles. Leales a los amigos, no perdonaron a los traidores, cometieron crímenes terribles. Admirado por algunos y odiado por otros, su controvertida figura despierta, incluso hoy, el interés de profesionales de los más diversos campos de la ciencia, incluso extintos durante más de ocho décadas. Este trabajo de investigación aborda las implicaciones que llevaron a tantos hombres y mujeres a unirse a las filas del cangaço. A medida que profundicemos en los detalles de la historia, buscaremos comprender esta parte muy importante de nuestra historia.

Palabras-clave: Cangaço; interior del noreste; vida en el campo; coronelismo; volantes policiales.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. BRASIL, PAÍS DE ECONOMIA AGRÁRIA	14
1.1 Primeiros passos para a modernização	14
1.2 O Nordeste – suas Sub-Regiões	16
1.3 O Sertanejo – A difícil labuta pela vida	18
1.4 Dramáticas consequências da seca	21
1.5 Escassas políticas públicas	23
2. O CANGAÇO	25
2.1 Significado da palavra Cangaço	25
2.2 O monopólio da terra	26
2.3 Banditismo Social	28
2.4 Sofrimentos da vida no Cangaço	30
2.5 A Religiosidade	31
2.6 Crime de Honra	32
2.7 Os Coiteiros	33
2.8 Crimes do Cangaço	36
2.9 A Mulher no Cangaço	40
3. A POLÍCIA	45
3.1 Dificuldades no combate ao crime	45
3.2 As Volantes	48
3.3 A prática da degola	52
3.4 A violência policial	53
3.5 Fuga da Justiça e questões entre famílias	58
4. OS CORONÉIS	61
4.1 Origem do Coronelismo	61
4.2 O Coronel e as Eleições	64

4.3 O Coronel e o Cangaço	66
4.4 Vargas, A Revolução 1930 e o fim do Cangaço	68
CONCLUSÃO	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77
CRÉDITOS DAS IMAGENS	79

INTRODUÇÃO

A história da nossa gente é formada pela sua diversidade de povos e costumes, culturas e crenças das mais variadas regiões do país. São histórias que vão compondo a nossa História. E aí está o fascínio: o estudo da história consiste em fazer uma leitura viva, dinâmica e reflexiva dos acontecimentos passados, reconstruindo seu contexto e trazer para o agora seu aprendizado; pois, o passado é referência para se entender o nosso presente e sua reconstrução nos ajuda a esclarecer determinados modos de vida em nossa sociedade. Segundo Borges (1993, p. 45), “a História não é o passado, mas um olhar dirigido ao passado”. É no intuito de responder questionamentos do nosso presente que lançamos este olhar para o nosso passado.

Nas décadas de 20 e 30 do século passado, o Brasil era praticamente um país agrícola. A maior parcela da população vivia nas áreas rurais. O país dava os primeiros passos de uma economia agrária para uma economia industrial. A abertura de estradas, a construção civil e os grandes arranha-céus são exemplos de desenvolvimento desse período. No entanto, esse desenvolvimento não chegava a todas as partes do país. Nas cidades e vilarejos afastados dos grandes centros a vida parecia ter parado no tempo. A falta de estradas, de água encanada, de moradias de alvenaria, de escolas, hospitais e de oportunidade de trabalho testemunham o quanto era escassa, ou praticamente nula, a aplicação de políticas públicas que favorecessem o bem-estar social. Milhões de brasileiros viviam o drama da fome e da miséria, das mínimas condições de alimentação, moradia e saúde. Sofriam com a violência desmedida das autoridades e dos coronéis, das péssimas condições de trabalho às quais os trabalhadores, principalmente os rurais, eram submetidos, além do alto índice de analfabetismo. Também havia em muitos lugares a ausência da lei, onde por vezes não existiam delegacias ou o contingente policial era insuficiente para atender a demanda da população. Tudo isso resultava no aumento da violência, onde o mais forte subjugava o mais fraco através da força das armas de fogo.

O Cangaço nasce nesse contexto e problemática social, como um fenômeno surgido na segunda metade do século XIX no Nordeste brasileiro. Era formado por homens e mulheres oriundos das mais variadas cidades nordestinas, sem condições econômicas - muito embora haja exemplos de cangaceiros de situações econômicas que, se não era abastada, estava certamente acima da média geral (PERICÁS, 2010, pp. 33-35) – que, pelos mais variados motivos (vingança, fugitivos da Justiça, pobreza, criminosos procurados e mesmo por se identificar com aquele tipo de vida, dentre outros), juntavam-se em bandos para assaltar, extorquir, ou até mesmo estavam a serviço de coronéis, que os contratavam como assassinos de seus desafetos ou inimigos políticos. Vagavam pelas caatingas e sertões nordestinos, invadindo

idades, povoados, vilarejos e fazendas; desafiando o poder público e a figura autoritária dos coronéis. Assim, o cangaço aparece como um grito contra a tirania das autoridades ditas “constituídas”, contra os abusos de poder dos fazendeiros coronéis, contra os latifundiários, que tomavam as terras das pessoas simples à força ou através de manobras ilícitas em conluio com cartórios, juízes, delegados e outras autoridades que tinham a incumbência de preservar a lei e a ordem. Seus atos, sua bravura, o medo que despertavam, tudo ia contra uma cultura de domínio e exploração há muito enraizada na mentalidade das nossas elites.

A questão central desse trabalho é de aprofundar aspectos dessa problemática, buscando nos pormenores da história respostas para entender o contexto em que esses homens e mulheres estavam inseridos e o que os levava a ingressar no cangaço. Ao lançarmos este olhar para o nosso passado traremos questões que ainda estão bem presentes atualmente.

Este trabalho, de revisão bibliográfica, é composto de pesquisas feitas em obras de historiadores que se especializaram sobre o tema, de matérias de jornais, revistas e trabalhos acadêmicos relacionados ao tema, além de vídeos contendo entrevistas com pessoas que participaram, de alguma forma, do cangaço, fazendo assim uso da história oral para o cruzamento de informações.

Na primeira seção comentamos sobre a realidade do Brasil como país de economia agrária, onde a maior parcela da população (cerca de 80%) vivia em áreas rurais, dando destaque para a região Nordeste. Abordamos nesta seção os problemas sociais vividos por essas pessoas no que diz respeito às condições precárias de subsistência, as nefastas consequências das secas na vida do sertanejo e sua forte religiosidade.

Na segunda seção apresentamos o cangaço como fenômeno social oriundo da situação de miséria e exploração a que o homem do campo estava submetido. Discorremos sobre o monopólio da terra e as sangrentas disputas por sua posse, os sofrimentos enfrentados por quem ingressava nas fileiras do cangaço, a vida de crimes do cangaceiro, sua eficiente rede de coiteiros e informantes e a presença feminina no cangaço.

Na terceira seção refletimos sobre as dificuldades enfrentadas pela polícia no combate ao banditismo, bem como os crimes de corrupção e violência praticados por militares contra sertanejos suspeitos de colaborar com os cangaceiros; as volantes e o rastro de sangue deixado por elas pelos caminhos do sertão; a ausência da justiça dos tribunais e a presença marcante da justiça das armas.

Na quarta seção comentamos sobre a figura mandante do coronel, seu poder econômico, militar e de influência; sua intrincada rede de favores e obrigações, com ramificações na política local, estadual e federal; suas estreitas relações com os cangaceiros;

suas disputas por poder e as consequências advindas dessas disputas, as quais emperravam o desenvolvimento social das comunidades sertanejas.

Durante todo o trabalho, procuramos focar as implicações que levavam os indivíduos a ingressarem no cangaço. Segundo o professor José Roberto Santos Lima¹, “a história serve para fornecer à sociedade uma explicação sobre ela mesma. É preciso ir além da história convencional, da história dos vencedores e suas versões oficiais, e penetrar nos pormenores da história”. E este é o intuito desse trabalho: despertar no leitor uma reflexão crítica sobre o contexto social em que estes homens e mulheres estavam inseridos. O passado tem um significado e é preciso compreendê-lo para poder entender o presente.

¹ Professor de História de Alagoas no Curso de Licenciatura em História na Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

1 – BRASIL, PAÍS DE ECONOMIA AGRÁRIA

1.1 – Primeiros Passos Para a Modernização

Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil era praticamente um país de economia agrária. A maior parcela da população vivia e trabalhava nas áreas rurais, e nas áreas urbanas havia ainda muitos espaços desocupados. Segundo Priore e Venâncio (2016, p. 245), as áreas urbanas concentravam apenas 20% da população brasileira. No ano de 1920 a população brasileira era de 27.500.000 pessoas. Desse total, 69,7% de toda a população do país vivia direta ou indiretamente da agricultura². Assim, podemos constatar que a maior parcela da população era interiorana.

Os principais produtos de exportação desse período era: café, açúcar, algodão, tabaco, borracha e cacau (FERREIRA, 1997, p. 15; ARRUDA, 2012, p. 140); muito embora, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o comércio exterior tenha sofrido forte crise, afetando as exportações brasileiras. Segundo os economistas Villela e Suzigan³, isso provocou a queda nos preços do café e da borracha, os dois principais produtos de exportação, que na década de 1901/1909, correspondiam a 79% das exportações do Brasil. Contudo, o país dava os primeiros passos de uma economia agrária para uma economia industrial. Esse processo de desenvolvimento industrial aconteceu com mais evidência nos centros urbanos. Com a Primeira Guerra Mundial ocorrendo na Europa, a indústria europeia estava praticamente toda envolvida com os conflitos bélicos. Segundo o historiador Simonsen (1973, p. 48), os impactos desse conflito deram um novo impulso à economia brasileira, levando a indústria a se capacitar para substituir os produtos importados. O setor têxtil do Brasil se desenvolveu de maneira considerável durante os conflitos bélicos desse período. Segundo Pericás (2010, p. 138), ao final do conflito, o mercado interno já consumia em torno de 75% a 85% da produção da indústria nacional. E isso trouxe um crescimento para a indústria no Brasil.

Nas décadas de 1920 e 1930 a industrialização trazia modernidade e urbanismo para as cidades e capitais. Em determinadas regiões do país acontecia um considerável desenvolvimento industrial: a abertura de estradas, a construção de estaleiros, o melhoramento dos portos, a ampliação de estradas de ferro, o desenvolvimento do telégrafo, a construção civil e o aparecimento dos grandes arranha-céus são exemplos de desenvolvimento desse período.

² Villela; Suzigan, 1973, pp. 250; 288, apud PERICÁS, 2010, pp. 26-27, notas 13; 18.

³ Villela; Suzigan, 2001, p. 138, apud RIBEIRO, 2014, p. 22.

Em algumas cidades, como o Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife, o desenvolvimento era bem visível: linhas de bondes ligando os vários bairros, facilitavam a locomoção das pessoas; jornais, cafés, restaurantes, teatros, hospitais, escolas, e lojas de conveniência estavam à disposição de quem pudesse pagar. Praças eram construídas como lugares de lazer e convívio urbano (PRIORE; VENÂNCIO, 2016, p. 236; ARRUDA, 2012, p.148).

No entanto, esse desenvolvimento não era para todos. Mesmo com o aumento da população em alguns lugares, a estrutura urbana permanecia precária. Nas cidades e vilarejos afastados dos grandes centros a vida parecia ter parado no tempo. A falta de estradas, de água tratada, de casas de alvenaria (havia muitas casas de taipa cobertas com palha seca), de escolas, centros médicos, luz elétrica e de políticas que favorecessem a geração de empregos, testemunham o quanto era escassa ou praticamente nula a aplicação de políticas públicas que favorecessem o bem-estar social. Segundo Facó (1976, p. 14), as classes dominantes brasileiras se vangloriavam pelo Brasil ser um país essencialmente agrícola. Como bem se percebe, os lentos passos da industrialização e os benefícios sociais desse modesto progresso não era uma realidade para todas as regiões.

Nesse período, a maioria dos brasileiros viviam em áreas rurais e as dificuldades enfrentadas no dia a dia dessas populações eram muitas, sobretudo no Nordeste. Milhares de nordestinos, bem como grande parte da população brasileira, viviam o drama da fome e da miséria. As mínimas condições de moradia e saúde, as péssimas condições de trabalho às quais os trabalhadores, principalmente os rurais, eram submetidos, além da falta de direitos (ou da negligência em se fazer cumprir a lei), os quais proporcionassem às pessoas se sentirem respeitadas em sua dignidade, denunciavam essas dificuldades enfrentadas. O alto índice de analfabetismo desse período era mais um fator que dificultava a organização dos trabalhadores na luta por direitos sociais. Segundo os professores de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro, Gustavo Franco e Luiz Aranha (2011, p. 28), em 1920, cerca de 75% da população era analfabeta.

Esses fatores (pobreza extrema, mínimas condições de moradia e saúde, péssimas condições de trabalho, altos índices de analfabetismo, direitos negligenciados ou negados, dentre outros) geravam exclusão social e política da maioria da população brasileira. Aqui vale ressaltar que, à sua maneira, as massas populares do campo e das cidades reagiram a essa exclusão. As primeiras décadas da República no Brasil foram marcadas por muitas agitações

políticas, revoltas sociais e militares. Durante esse período o Brasil vivenciou diversos movimentos de revoltas e lutas armadas, organizadas ora por grupos populares, ora por militares, contra decisões tomadas pelo Governo nas esferas federal, estadual e municipal, no que diz respeito à vida social, política e econômica das populações brasileiras. Esses conflitos custaram milhares de vidas humanas: a Revolta da Armada (1893-1894); A Revolta Federalista (1893-1895); Antônio Conselheiro e a Guerra de Canudos (1897); o Bota-Abaixo do prefeito Pereira Passos na cidade do Rio de Janeiro (1903); a Revolta da Vacina no Rio de Janeiro (1904); A Revolta da Chibata (1910); A Guerra do Contestado e o monge José Maria (1908-1916); o coronelismo e seu poder de mando, trazendo consequências para a economia e o desenvolvimento social e político do país (sobretudo para as cidades nordestinas), ocorrido no Brasil desde meados do século XIX até as décadas de 1930 e 1940, quando o Brasil vivenciou o Estado Novo da era Vargas (1937-1945) e a ditadura que foi instalada no país. Nos dias atuais ainda há resquícios de coronelismo, sobretudo no Nordeste brasileiro. O Cangaço, que surgiu por volta da segunda metade do século XIX e que durou até o final dos anos 1930, também faz parte desses movimentos de revoltas e lutas armadas.

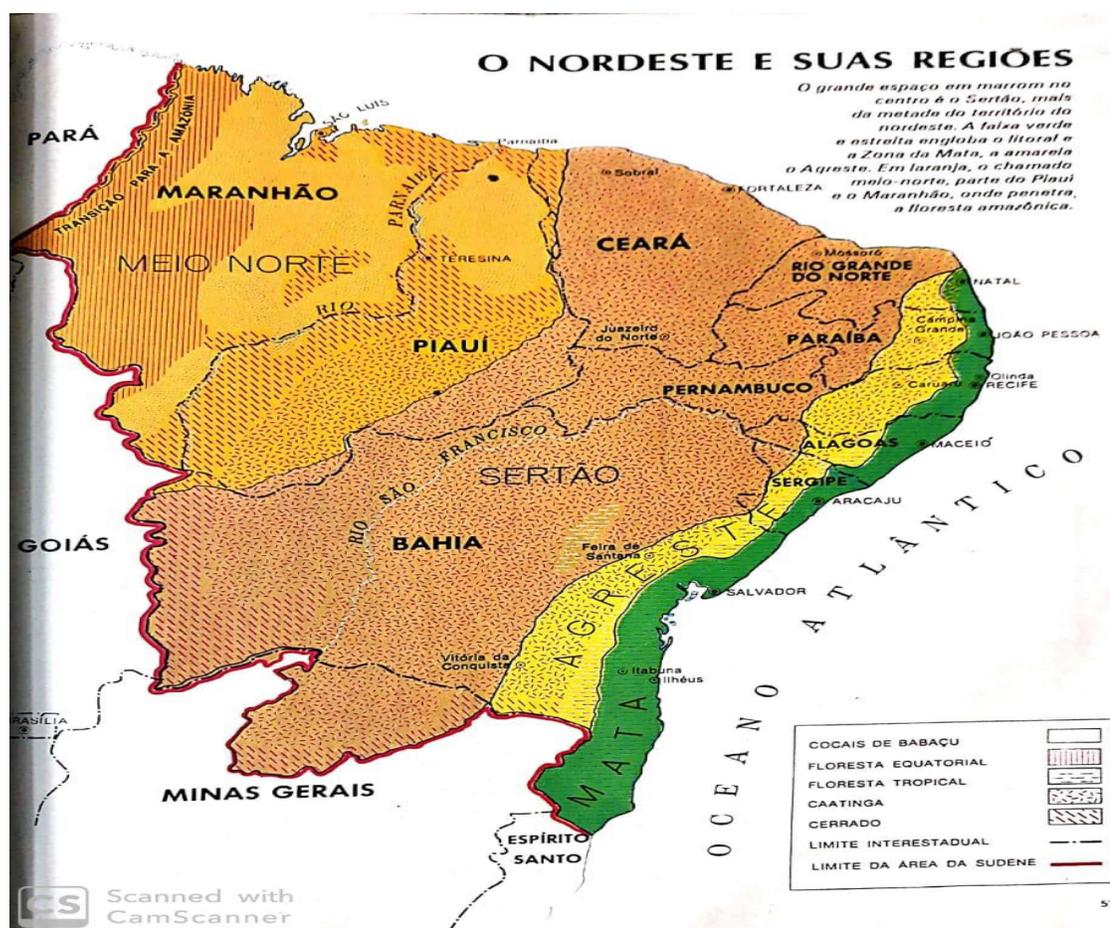
1.2 – O Nordeste – Suas Sub-Regiões

O Nordeste tem uma diversidade incrível de pessoas, de hábitos, de sotaques, de tradições, de culinária, de fauna e de flora. E essa diversidade se estende à religiosidade, aos festejos populares e aos costumes. As quatro sub-regiões mais características do Nordeste são:

- A Mata – área verde que se situa próxima ao litoral. De sua vegetação original resta bem pouca. Nessa região as chuvas caem com maior regularidade e suas terras são mais férteis, se comparadas com as outras regiões nordestinas. Ela abrange desde o Rio Grande do Norte, estendendo-se por todo o litoral nordestino até a Bahia.
- O Agreste⁴ – é uma área de transição entre a Mata (o litoral) e o Sertão. Ele abrange seis Estados (Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), possui clima semiárido e é uma região menos seca que o Sertão. Os principais produtos aí cultivados são o milho, a mandioca, o feijão, o sisal, o algodão e o café. O artesanato, a pecuária e a policultura representam importantes fontes de renda.

⁴ Ver PERICÁS, 2010, p. 20, nota 51.

- O Sertão – É a maior sub-região do Nordeste, localizada entre o Meio-Norte e o Agreste. É uma região com terra de baixa fertilidade, onde predomina a caatinga. Sua região abrange mais da metade do Nordeste (o Ceará e parte dos estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia). A região sofre com a irregularidade das chuvas e longos períodos de seca.
- O Meio-Norte – Essa região abrange parte do Piauí e o Maranhão, onde penetra a floresta amazônica. Destacam-se em sua vegetação a Mata dos Cocais e o cerrado. A economia baseia-se no cultivo do palmito, do algodão, da cana-de-açúcar e do arroz.



Revista Realidade, ano VII, número 80, página 57. Editora Abril, novembro de 1972.

O cangaço surgiu no ambiente geográfico do sertão e do agreste, uma área muito extensa e que abrangia boa parte do território nordestino. Para se entender o cangaço, se faz necessário entender o contexto político e social das primeiras décadas do século XX. Situa-lo no ambiente sertanejo, compreendendo o dia-a-dia de um homem do campo: seu trabalho, seus costumes, sua religiosidade, suas angústias e sofrimentos, bem como a realidade do coronelismo nordestino.

1.3 – O Sertanejo – A difícil labuta pela vida

Segundo Pericás⁵, o Brasil em 1920 tinha uma população de 27.500.000 habitantes e o Nordeste possuía 36,7% desse total. Já em 1941 o Conselho Nacional de Geografia⁶, afirmava que o Nordeste tinha uma extensão territorial de 838.801 km². As belezas naturais existentes na região, sobretudo os rios, as matas e as praias do litoral, de exuberante beleza, contrastam com o sertão e a caatinga, locais de terra dura e áspera e que, como já dito acima, ocupam mais da metade da área total do Nordeste. Durante os períodos de estiagem, essa região se torna ainda mais desoladora. A paisagem formada por campos secos, de solo acinzentado, vegetação rasteira, árvores de pequena estatura com troncos retorcidos e ressequidos, o calor abrasador e um imenso céu azul celeste, quase sem nuvem alguma, traz um aspecto de melancólica beleza. O silêncio devorador e inquietante é quebrado apenas pelo som do vento, o rastejar de algum animal ou o canto seco e triste de algum pássaro em busca de comida e abrigo. Por onde antes corria um córrego ou um pequeno rio, durante o período da seca o chão fica ressecado, em forma de torrões rachados pelo sol causticante.

A região da caatinga é composta por um solo difícil, hostil, de temperatura alta e sem chuva, ou quando chove é de quantidade ínfima para abrandar aquele cenário de chão pedregoso e seco. O pé de mandacaru e os arbustos espinhentos parecem desafiar aquela natureza de beleza mórbida, dura e trágica. As pessoas que vivem na caatinga, desenvolveram ao longo dos tempos uma maneira própria de aí viver. Na escassez de tudo, sobretudo da água, nada é desperdiçado: desde os utensílios domésticos, provenientes de peles de animais e troncos de árvores, às roupas e calçados; desde a alimentação, precária para a maioria das famílias sertanejas, e aliviada por alguma plantação, criação de aves, cabras ou de algum gado, à água, líquido precioso e vital para a sua sobrevivência, encontrada muitas vezes a centenas de metros de sua morada, e que é barrenta, salobra, escura e sem tratamento algum.

Segundo Darcy Ribeiro (1995, p. 339), “no agreste, depois nas caatingas e por fim nos serrados, desenvolveu-se uma economia pastoril, associada à produção açucareira, como fornecedora de carne, de couros e de boi de serviço”. No entanto, não era o suficiente para trazer um real desenvolvimento do lugar e assim, uma significativa melhora na vida das pessoas. Antes, era uma economia bastante limitada. As necessidades eram muitas. Arruda (2012, p. 138) afirma que já durante o Império e depois com a implantação da República, os trabalhadores

⁵ PERICÁS, 2010, pp. 26-27.

⁶ TEIXEIRA, Antônio Euclides et al. Viagem a todos os Nordeste. In: **Revista Realidade**, ano VII, nº 80, p. 50, Editora Abril, novembro de 1972.

do campo viviam em condições de pobreza extrema. Para Euclides da Cunha (2016, p. 116), “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”. No Sertão é preciso ser forte para “vingar”, para crescer. São muitas as adversidades que o sertanejo tem de enfrentar na luta pela sobrevivência, e sua riqueza está na sua coragem e valentia. Ele é um exímio conhecedor dos sinais da natureza. Conhece os tempos das estações, o melhor período para o plantio e a qualidade da terra fértil. Seus remédios provêm das ervas e matos medicinais, encontrados nas capoeiras, herança da sabedoria indígena, os quais ele utiliza para aliviar as dores do corpo.

Sua religiosidade, principal forma de educação, se desenvolveu alheia às práticas litúrgicas oficiais. Dada a imensidão de território, o número de sacerdotes era insuficiente para atender as áreas rurais. O que surge daí é uma mistura dos ensinamentos católicos de Portugal, e que foram influenciados pelo messianismo regional, acrescido de crenças indígenas e das religiões africanas, trazidas há muito tempo pelos escravos. Uma religiosidade repleta de orações, benditos, ladainhas, superstições, sortilégios, adivinhações, curandeirismo e que parece conhecer remédio para todos os males. Segundo o inglês Henry Koster⁷, em observação de viagem, afirma que

O sertanejo é corajoso, sincero, generoso e hospitaleiro, ainda que extremamente ignorante e dado a crenças nas encantações, relíquias e outras coisas da mesma ordem. Ainda mais é vingativo. As ofensas muito dificilmente são perdoadas e, em falta da lei, cada um exerce a justiça pelas próprias mãos.

Os sertanejos moravam (e ainda em nossos dias há muitos que moram) em casas de “pau a pique”. Eram casas feitas de varas e de barro, cobertas de palha seca ou telha. A situação dos prédios que existiam nos interiores nordestinos também tinha condições precárias de habitação. O historiador sergipano José Anderson do Nascimento (1998, p. 15), afirma que, no início dos anos de 1920, 74% dos prédios rurais não tinham instalações sanitárias; 78% não possuíam luz elétrica e 55% tinham piso de terra batido.

Nos interiores e vilarejos mais afastados dos centros urbanos as escolas eram raras. O índice de analfabetismo era alto, cerca de 75%, como dito acima. A construção e manutenção de uma escola dependia da vontade e, por vezes, dos recursos do fazendeiro local, o grande proprietário de terras. Algumas vezes, o fazendeiro contratava um mestre-escola, que ficava por alguns meses a lecionar nas casas da fazenda. Para Facó (1976, p. 34) o que o coronel fazendeiro queria era braços para o trabalho da terra e não pessoas alfabetizadas e pensantes. Muito

⁷ Koster, 1978, p. 161, apud MELLO, 2014, p. 79, nota 13.

embora, segundo Maciel⁸, a cidade de Pesqueira, localizada no agreste pernambucano, possuísse escolas tanto públicas quanto privadas, dado o seu progresso econômico. No entanto isso não era a regra, era a exceção. As escolas eram raras no sertão nordestino.

Nascimento (1998, p. 15) afirma que a expectativa de vida do sertanejo dos anos de 1920, não excedia 47 anos, a menor do Brasil. Ele sofria com a diarreia, a desnutrição, a anemia, úlceras e problemas gástricos, consequência da má alimentação e da ingestão de água não tratada. Ainda nos de 1970, a esquistossomose e a desnutrição eram as causas de boa parte da mortalidade infantil no sertão⁹.

O trabalho no campo começava cedo e se desenvolvia sob o sol escaldante e o solo árido. A falta de água era uma constante, dependendo da região e das condições do tempo. As atividades laborais do campo eram as mais diversas: roçar, destocar, semear, cavar valetas para o plantio de cana-de-açúcar, cuidar de animais (serviço feito por ferreiros, vaqueiros, carpinteiros, dentre outros profissionais), trabalhar no corte da cana, na colheita, na casa de farinha ou nos engenhos de moagem de cana. Com o devido consentimento do patrão, esse sertanejo pobre podia manter uma pequena roça.

Havia também o trabalho de jagunço, homens armados que eram contratados pelos fazendeiros para fazer sua segurança, a de seus familiares e de suas propriedades. Eles representavam o braço forte do fazendeiro, o qual através das armas fazia valer sua lei e sua ordem. Os jagunços também serviam a seus patrões assassinando seus desafetos e rivais políticos. Esses homens se juntavam em bandos armados e percorriam as fazendas à procura de serviços encomendados pelos fazendeiros e donos de engenhos. Nascimento afirma que os jagunços praticavam vários crimes em pequenas cidades da região do agreste, saqueando, matando e incendiando propriedades¹⁰.

Esse sertanejo sem posses era obrigado a conviver com os fantasmas da fome e da sede, durante os períodos de estiagem, o cansaço do trabalho exaustivo, a violência do campo e a perda de entes queridos. Sem trabalho ou sendo explorado quando arranjava uma ocupação remunerada, sem uma moradia digna, sem-terra, vivendo na ignorância que lhe estava reservada, face ao estado de miséria a que estava submetido; sem perspectivas de melhorar suas condições de vida, vez por outra envolvia-se em crimes de honra, de vingança, de rixas familiares. E isto era um passo para ingressar na vida de banditismo, tornando-se, muitas vezes,

⁸ Maciel, 1985, p. 35, apud PERICÁS, 2010, p. 137, nota 7.

⁹ MAGALHÃES, João et al. Terra e vida mal divididas. In: **Revista Realidade**. Ano VII, nº 80, p. 84. Editora Abril, novembro de 1972.

¹⁰ NASCIMENTO, 1998, pp. 11-12.

jagunço a serviço de algum fazendeiro local. A ausência do poder público facilitava essa triste realidade.

O cangaço nasce daí, desse contexto e problemática social, como um grito de desespero e revolta de homens e mulheres, oriundos das mais variadas cidades nordestinas, contra o abuso de poder dos fazendeiros coronéis, contra a tirania das autoridades ditas “constituídas”, contra toda uma situação de miséria a que estavam submetidos, contra uma cultura de domínio e exploração há muito enraizada na mentalidade das nossas elites.



Sertão Nordestino¹¹

1.4 – Dramáticas Consequências da Seca

A seca representa um verdadeiro flagelo à vida da comunidade sertaneja. Durante o século XIX, vários períodos de estiagem assolaram a região Nordeste, causando prejuízos sociais e econômicos. A “Grande Seca” de 1877/79 foi uma das maiores catástrofes naturais já ocorridas na região. Segundo Edwaldo Pacote¹², a população da área atingida era de aproximadamente 1,7 milhão de habitantes. O número de mortes causadas pela fome, a sede, a febre amarela, a varíola e pelas mais diversas doenças em consequência da seca, segundo estimativa de Elói de Souza¹³, chegou a 500 mil pessoas. A crueldade da seca nada respeita e a tudo devora: plantações, rebanhos, rios, açudes, tudo sucumbe. E o homem do campo se vê obrigado a ir embora. Multidões de flagelados famintos percorriam longas distâncias, fugindo da seca, em direção às cidades maiores e para as capitais de províncias.

Em busca de abrigo, centenas de pessoas se amontoavam em ruas, praças e lugares ermos, embaixo de árvores, a implorar a caridade alheia. O número de habitantes de cidades do

¹¹ Imagem extraída da internet: <<https://noticias.uol.com.br/album/2012/05/15/veja-imagens-da-seca-no-nordeste.htm?mode=list&foto=10>>. Acesso em 19/08/2019.

¹² PACOTE, Edwaldo et al. A Nuvem Desmoralizada. In: **Revista Realidade**. Ano VII, nº 80, pp. 190;192. Editora Abril, novembro de 1972.

¹³ GUERRA, 1989, p. 83, apud PERICÁS, 2010, p. 141, nota 38.

Ceará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte e de Pernambuco aumentou de forma desordenada, trazendo a mendicância, a prostituição, o roubo, brigas, crimes e doenças. Esses acontecimentos dramáticos chamaram a atenção das autoridades locais, bem como a do governo imperial, a exigir medidas de socorro e providências. O imperador D. Pedro II chegou a prometer, em lágrimas, vender as joias da Coroa para que nenhum sertanejo morresse mais de fome (NASCIMENTO, 1998, p. 13).

A ajuda do governo chegou em forma de víveres e mantimentos para os retirantes e flagelados, perfuração de poços e cacimbas, a criação de obras públicas, criando assim empregos temporários e evitando, de certa forma, a migração desordenada. Esses recursos, porém, eram demorados, mal administrados e insuficientes. Fugindo da seca, milhares de sertanejos migraram para o Amazonas, para trabalhar na extração da borracha ou para os cafezais de São Paulo. As condições de penúria também levavam outros tantos sertanejos a enveredar para a vida do banditismo. Pericás (2010, p.141) afirma que “A população civil, esfomeada, sem ter dinheiro nem condições de esperar pela distribuição de comida, acabava saqueando os armazéns de depósitos”.

Um artigo do jornal “A Opinião”, da província da Paraíba, de 23 de dezembro de 1877, afirmava que “a seca lança consternação no seio de todas as famílias, e os criminosos e desordeiros roubam o que ainda nos resta, mesmo a honra e a própria vida”¹⁴. O próprio Jesuíno Brillhante (1844-1879), cangaceiro com fama de protetor dos pobres, assaltava os armazéns e comboios que transportavam alimentos, doações do governo às vítimas da seca (NASCIMENTO, 1998, p. 16).

Na luta pela sobrevivência, esses sertanejos pobres procuravam trabalho nas chamadas “feiras de trabalhadores”, existentes em certas cidades do interior nordestino. Em praça pública, centenas de homens mulheres e crianças, enxada ao ombro, ficavam a esperar que algum fazendeiro os contratasse para o serviço no campo. Os mais robustos eram escolhidos, ficando a grande maioria a amargar a dura sorte do desemprego e da fome¹⁵. Ainda segundo Pericás, esses trabalhadores contratados trabalhavam em média 11 horas por dia, seis dias por semana, recebiam baixos salários e viviam sob total subserviência para com seus patrões.

Outras secas com periodicidade entre 8 e 10 anos se sucederam, com destaque para a seca de 1915, na qual o estado do Ceará foi bastante castigado. Com a falta de chuva desde os últimos meses de 1914 a terra secou, arruinando com plantações e matando animais em várias fazendas. Centenas de trabalhadores foram dispensados em consequência da seca. Segundo

¹⁴ Ibid, 2010, p. 140, nota 34.

¹⁵ Ibid, 2010, p. 30; FACÓ, 1976, p. 32.

Sobrinho¹⁶, no Passeio Público de Fortaleza, três mil pessoas se aglomeravam em péssimas condições: promiscuidade, sujeira, pessoas maltrapilhas, sujas, esfomeadas e doentes, causavam um espetáculo de verdadeira miséria humana. Os fazendeiros menos abastados abandonavam suas terras, enquanto outros vendiam suas propriedades por preços muito baixos.

Agentes do governo pagavam passagens de trem para que os retirantes chegassem às cidades próximas e evitassem as fadigas da caminhada. De lá muitos eram embarcados para trabalhar, em condições desumanas, na extração da borracha no Amazonas, sempre necessitando de mão de obra. Os que não conseguiam as passagens de trem, seguiam a pé para as cidades próximas. Percorriam longas jornadas, travando uma verdadeira batalha de resistência pela vida. Muitos morriam pelo caminho de sede, fadiga e inanição. Os que conseguiam chegar às cidades onde a seca não era tão severa, chegavam muito cansados, doentes, sujos, esfomeados, as roupas aos farrapos e descarnados.

1.5 – Escassas Políticas Públicas

A ajuda governamental, insuficiente que era, ficava, muitas vezes, sob o domínio e conveniência de determinados grupos da região. A escritora Rachel de Queiroz, que foi contemporânea desses dramáticos acontecimentos, escreveu em 1929 um romance intitulado “O quinze”, fazendo menção ao ano da seca. Ali é narrado, de maneira muito realista, os sofrimentos vividos por aquelas pessoas, fazendo um paralelo com os personagens da história. Esta seca ceifou, segundo Pericás¹⁷, a vida de 30 mil cearenses e expulsou do estado 42 mil pessoas.

Nas três primeiras décadas do século XX o governo tomou várias providências no combate à seca. Em 1904 foram criadas três comissões: Comissão de Açude e Irrigação, Comissão de Estudos e Obras Contra os Efeitos da Seca e a Comissão de Perfuração de Poços, sendo substituídas três anos depois pela Comissão de Açudes e Irrigação. Entre 1905 e 1909, diversos açudes e poços foram construídos no Ceará, no Rio Grande do Norte e na Paraíba. Em 1909 foi criada por meio do Decreto nº 7619, a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), posteriormente chamada de Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (1919). Esse órgão, com fundos do governo federal, realizou a construção de estradas, açudes, perfuração de poços, linhas telegráficas e barragens, além de solicitar a colaboração de técnicos internacionais. Em 1924 foi criada a Caixa Especial das Obras de Irrigação de Terras Cultiváveis no Nordeste

¹⁶ Sobrinho, 1953, pp. 25-26, apud PERICÁS, 2010, p. 142, nota 51.

¹⁷ Pericás, 2010, p. 141, nota 41.

Brasileiro, à qual eram destinados 2% da receita tributária da União, acrescido de outros recursos. Em 1932 foram criadas as frentes de trabalho pelo paraibano José Américo de Almeida, então ministro da Viação e Obras públicas¹⁸, durante o governo de Getúlio Vargas.

Era uma tentativa de evitar que os flagelados famintos, em bandos, invadissem as cidades vizinhas, ou ainda migrassem em direção ao Sul e Sudeste, sem recursos para se instalarem e sem qualificação adequada para as novas modalidades do mercado de trabalho, aumentando assim o número de periferias, cortiços e favelas.

No entanto, essas ações tornavam-se ineficazes e não surtiam os resultados esperados, devido à demora em colocá-las e, prática, o desperdício e o desvio de recursos públicos em favor de uma camada senhorial que se apropriavam dos recursos destinados às vítimas da seca. As obras eram realizadas mais para atender os interesses da política do que a necessidade pública. As políticas de combate às estiagens configuram, desde muitas décadas a desumana e criminosa “indústria da seca”, na qual grupos dominantes lucram à custa do sofrimento das vítimas da seca. Recursos que deveriam ser utilizados para amenizar os efeitos da seca, são desviados para satisfazer interesses particulares. Estradas são abertas, barragens e poços são construídos no intuito de valorizar as terras de ricos fazendeiros, proporcionando enriquecimento ilícito de políticos, empreiteiros e agentes públicos corruptos.

A seca em si não significava motivo para se ingressar no Cangaço, mas, as consequências dela advindas: a falta de trabalho, a carestia dos alimentos, a fome, a perda de plantações e de animais, a exploração nas fazendas, as ajudas governamentais que, mesmo sendo insuficientes, eram desviadas para servir a interesses particulares. Revoltados com tais condições de vida, alguns indivíduos se aventuravam na vida do crime, ingressando na vida de cangaceiro, saqueando propriedades e cometendo roubos nas estradas.

¹⁸ Ver PACOTE, Edwaldo et al. A Nuvem Desmoralizada. In: **Revista Realidade**. Ano VII, nº 80, p. 186. Editora Abril, novembro de 1972.

2 – O CANGAÇO

2.1 – Significado da palavra Cangaço

O tema cangaço, com as suas mais diversas facetas, permanece bem atual e, mesmo extinto há quase oito décadas, continua a despertar a atenção de historiadores, sociólogos, pesquisadores e um número cada vez maior de estudiosos. Segundo a maioria dos autores que se especializaram sobre o tema, a palavra “cangaço” deriva de “canga”, de “cangalha”, utensílio utilizado em bois e cavalos para ali carregar objetos. A palavra “canga” também era utilizada para designar os objetos que o cangaceiro trazia pendurados ao corpo. Domingos Vieira¹⁹ afirma que são os utensílios de pessoas humildes. Em sentido figurado, indica a relação de subordinação ou dependência do homem simples da roça para com o coronel.

No imaginário popular, o termo está associado a indivíduos que se juntavam em bandos para cometer crimes nos sertões nordestinos e que agiam de maneira independente, sem que estivessem submetidos ao domínio de algum coronel. Assim, o termo designa a luta armada de sertanejos que se rebelaram contra um regime de opressão e miséria, sofrida pela maior parte da população nordestina, sustentado pelo poder dos coronéis, ocorrida no final do século XIX e que se estendeu até as primeiras décadas do século XX. Eles eram admirados por uns, que exaltavam seus feitos por desafiar o poderio e os desmandos dos coronéis e da polícia, e odiados por outros, que os acusavam de praticar os mais violentos crimes.

Os cangaceiros representavam os sertanejos sem perspectivas, sobreviventes de uma terra sem justiça, que desafiavam a toda uma estrutura social, a qual tinha em seu alicerce o poder de mando dos coronéis. Para muitos, ser cangaceiro significava ter coragem, ter dinheiro e ter fama. A gênese do cangaço está associada a questões sociais e ao latifúndio no Nordeste brasileiro. Para Facó (1976, p. 3), “Os homens que empunharam armas e se tornaram cangaceiros, eram vítimas de monstruosa organização social”. Organização esta que condenava ao esquecimento toda uma multidão de miseráveis às consequências terríveis da seca, da exploração desmedida e de toda a sorte de injustiças sociais. Facó (1976, p. 8) ainda afirma que o monopólio da terra era uma das principais causas que geravam o cangaço.

¹⁹ VIEIRA, Domingos. Apud PERICÁS, 2010, p.13.

2.2 – O Monopólio da Terra

Um dos problemas crônicos do nosso país é o agrário, sobretudo no que diz respeito sobre a posse e o uso da terra, o que tem gerado muitos conflitos e mortes ao longo dos séculos. No início da colonização, em 1534, o rei português D. João III, dividiu o Brasil em Capitânicas Hereditárias. As justificativas para a repartição das terras era a necessidade de povoamento e a propagação da fé católica, levando a luz da civilização e humanidade aos habitantes do lugar. Na verdade, o que se fazia era a concessão de grandes extensões de terras para os nobres donatários, fidalgos da Casa Real e ricos comerciantes. Alguns ligados à Coroa por terem ocupado importantes cargos na burocracia estatal. Era um processo de terceirização em que estes donatários explorariam as terras da nova colônia, buscariam povoá-las e trabalhá-las para gerar riquezas. Dela obteriam lucros, pagando o imposto do quinto à Coroa. O monarca receberia lucros sem fazer grandes investimentos.

Os donatários podiam aplicar a justiça conforme seus critérios. Em suas atribuições podiam fundar povoamentos, cobrar impostos, aplicar penas de prisão, degredo, multas, castigos físicos e pena de morte. Para os auxiliares mais próximos era concedidos privilégios, e um deles era a doação de terras. Assim a terra era concedida através de apadrinhamento, troca de favores, laços familiares e cartas de concessões (as sesmarias).

O sistema de sesmaria era um consentimento expedido, a princípio, pelo rei de Portugal, depois pelos donatários, governadores e autoridades governamentais, o qual concedia uma determinada extensão de terra para alguém cultivar, povoar e pagar tributo ao governo por um período de cinco anos. O objetivo era desenvolver o cultivo nas terras consideradas “virgens”, sem ocupação e buscar o povoamento dessas terras. O favorecimento real através das sesmarias desabrigava centenas de moradores nativos de suas terras, em favor de privilégios concedidos a poucas pessoas que gozavam da amizade das autoridades ou que tinham com elas algum parentesco.

Durante o Brasil Império, as terras muitas vezes ficavam ociosas, sem serventia alguma, enquanto seus donos moravam nas capitais das províncias. Era um sistema de latifúndio improdutivo. A Lei de Terras (Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850), tornou pública, ou seja, sob o poder do Estado, todas as terras devolutas, aquelas que não pertenciam ao domínio privado. Esta lei determinava, entre outras coisas, que a única forma de acesso à terra era através da compra junto ao Estado e apresentava os direitos e deveres dos proprietários de terra junto ao Estado, abolindo em definitivo com as sesmarias. As terras não seriam mais dadas ao nobre

para ele a distribuir para quem ele quisesse. A relação passava a ser de compra e venda. Era uma tentativa de buscar organizar a propriedade da terra.

Essa ociosidade da terra gerava um problema econômico e social, pois a terra não produzia, além de se ter um considerável número de pessoas sem terras para morar e trabalhar, ficando à mercê dos latifundiários, vivendo uma vida de exploração e privações. Segundo Gilberto Freyre,

os proprietários se recusavam a vender estes terrenos e até de arrendá-los. Como é que se exige que esses infelizes [os agregados, gente pobre, foreiros] plantem se eles não têm certeza de colha? Que incentivo existe que os induza a beneficiar um terreno, do qual podem ser despojados de um instante para o outro? Nas terras dos grandes proprietários eles não gozam de direito algum²⁰.

A terra, elemento básico à vida do sertanejo, pertencia, em grande parte, aos latifundiários, aos ricos fazendeiros. Em muitos casos, os pequenos proprietários tinham suas terras tomadas por coronéis através da persuasão das armas dos jagunços, da venda por endividamento, por quem queria se mudar da região, das demarcações fraudulentas ou por documentação forjada.

Pericás afirma que

na metade do século XIX, há estimativas de que possivelmente menos de 1% de toda a população brasileira rural possuía terras. Boa parte dos donos de fazendas, nesse caso, era absenteísta e cuidava de seus negócios em cidades distantes, em geral nas capitais[...]. Em 1920, 6,6 milhões de pessoas trabalhavam na produção agrícola. Desses agricultores, apenas 648 mil, ou 9.7% trabalhavam em suas propriedades. O restante, quase 6 milhões de trabalhadores rurais não possuía terras próprias[...]. De acordo com o censo de 1920, dos 55,5 milhões de hectares úteis, somente 6.6 milhões de hectares, ou 1,8%, eram efetivamente cultivados²¹.

Como se percebe, a má distribuição de terras no Nordeste brasileiro é algo que vem desde muitas décadas, criando um monopólio agrário o qual submeteu o homem do campo a um brutal isolamento, estagnando seu desenvolvimento econômico e cultural.

Victor Leal, referindo-se ao sertanejo dos anos de 1930 afirma que “a massa humana que tira a sua subsistência das suas terras vive no mais lamentável estado de pobreza, ignorância e abandono” (LEAL, 2012, p. 46). O cangaceiro é o resultado desse homem abandonado à sua própria sorte, desse ambiente de natureza e clima austeros, dessa ausência de justiça, dessa paralisia das forças produtivas e que submetiam o indivíduo a uma condição de miséria continuada. A rebeldia através das armas foi, para muitos sertanejos, a saída encontrada.

²⁰ FREYRE, 1937, pp. 248-249, apud FACÓ, 1976, p. 13, nota 4.

²¹ PERICÁS, 2010, pp 26-27, notas 12; 23 e 28.

Numa mensagem presidencial dirigida ao Congresso, já em 1947, sobre as populações rurais desprovidas de terras temos:

[...] milhões de brasileiros das zonas rurais, submetidos a um processo secular de atrofiamento de suas capacidades físicas e intelectuais, vegetando sem estímulo, sem saúde, sem instrução e morando em terras alheias, cujo valor especulativo as coloca inteiramente fora de possibilidades de aquisição²².

Esse documento nos leva a acreditar que as autoridades tinham conhecimento das dificuldades pelas quais passava o homem do campo. Aquela realidade não era algo oculto, isolado. Era algo muito presente naquela sociedade. Fica notável o descaso dos governantes para com os problemas urgentes e gritantes das populações sertanejas. O poder político, de modo negligente, não apresentava solução satisfatória para os conflitos que se geravam pela posse da terra. As providências governamentais no intuito de trabalhar o bem social eram praticamente nulas. As escassas políticas públicas, de projetos ineficientes, na busca de soluções não surtiam efeito algum, frente ao emaranhado de troca de favores e privilégios de uma classe senhorial, onde a maior parte das terras estava concentrada nas mãos dos ricos fazendeiros.

A resolução das questões de terra, por vezes, ficava a par das partes em conflito, o que resultava em rixas familiares, conflitos armados, tocaias nas estradas seguidas de mortes, abuso de autoridade e usurpação do direito do outro. A inércia da justiça e a subserviência de juízes e delegados aos poderosos coronéis propiciava ainda mais as injustiças e conflitos no campo. Esse descaso governamental favorecia o crescimento do banditismo.

A rebeldia do cangaço deriva dessa realidade hostil. Se no passado o jagunço estava a serviço do coronel, que contratava seus serviços sórdidos nas disputas por poder, no cangaço esse jagunço passa a agir por conta própria, hostilizando o próprio coronel que o apoiava.

2.3 – Banditismo Social

Teoria utilizada por Hobsbawm²³ para classificar os diferentes tipos de bandidos, suas principais características e como eles eram vistos pelas pessoas da sua localidade. Em sua análise ele incluiu o cangaço. Para Hobsbawm o bandido social seria o camponês que, vivendo os mesmos problemas e sofrimentos do seu grupo social, tenha saído desse meio e se tornado bandido por motivos que são comuns à sua comunidade. Ele não seria um bandido comum. Por

²² Diário do Congresso de 22/09/1947, apud LEAL, 2012, p. 246, nota 22.

²³ HOBBSAWM, 2010, pp. 35-51.

lutar contra os causadores desses sofrimentos, ele acaba ganhando a simpatia e até a admiração dos seus. Esses, de alguma forma, passam a colaborar com ele, por ver em seus atos atitudes de justiça contra seus opressores. Seus atos criminosos são justificados como necessários para abolir o mal que oprime os que são do seu mesmo extrato social. Portanto, o bandido social é aquele que fazendo uso de armas, luta por uma sociedade mais justa e menos desigual. Esse não era o objetivo dos cangaceiros.

Comentando sobre esse tema, Chandler afirma que

Lampião não poderia ser classificado como um verdadeiro bandido social em vista de sua aliança com os poderosos. Ele estava preocupado principalmente com sua própria sobrevivência, e em sua luta para consegui-la, pedia e recebia a cooperação e favores, não só dos camponeses como também dos ricos fazendeiros e chefes políticos²⁴.

Os cangaceiros não se preocupavam em mudar as estruturas sociais em que viviam. Eles não lutavam contra a opressão, a fome ou a miséria do povo. Isto não fazia parte dos seus interesses. Eles não tinham ambições políticas, objetivos específicos ou reivindicações sociais. A crueldade de seus crimes mostra uma outra realidade. Suas ações de roubar, saquear, matar e extorquir eram de caráter imediatista, visando a sobrevivência e a segurança do bando. As evidências indicam que, por muitas vezes, eles próprios foram agentes de violência e opressão contra o povo. Há relatos de roubos, torturas e estupros praticados por cangaceiros e volantes. Lampião bem como outros chefes de bandos mantinham estreitas relações com coronéis e políticos.

Para Alessio (2004, p. 53), “os bandidos sociais surgiram como defensores dos valores morais da família, combatendo a injustiça causada pela crescente desigualdade social”. Um exemplo clássico desse tipo de bandido seria Robin Hood, ladrão nobre que, segundo a crença, roubava dos ricos e distribuía entre os pobres. Com seus companheiros ele lutava contra as injustiças sociais da Inglaterra Medieval. Fato é que há dificuldades entre os historiadores para comprovar sua real existência.

Os grupos de cangaceiros eram formados, segundo os pesquisadores, por criminosos violentos e cruéis, que agiam por conta própria e para seus próprios interesses. As injustiças e sofrimentos aos quais a maioria das populações sertanejas estavam submetidas não lhes dizia respeito.

²⁴ CHANDLER, 1981, pp. 266; 272.

2.4 – Sofrimentos da Vida no Cangaço

A vida no cangaço não era nada fácil. A primeira dificuldade que ocorria para quem ingressava no bando era a perseguição da polícia à sua família, para que dessem informações sobre o paradeiro do familiar cangaceiro. Como ele se tornava um fora da lei, precisava se afastar da família por um longo período. Por vezes sua família era torturada pela polícia. Em depoimento em vídeo, a ex-cangaceira “Dadá” (Sérgia Ribeiro da Silva), companheira de “Corisco” (Cristino Gomes da Silva Cleto), que entrou no cangaço por ter sido raptada por ele, relatou que seus pais e seus irmãos foram torturados pela polícia para que indicassem seu paradeiro²⁵.

Os cangaceiros viviam nos matos, nas caatingas por meses e até anos. Sem ter endereço fixo, viviam uma vida nômade, sempre fugindo das volantes. Embora levassem consigo uma considerável soma em dinheiro e joias, fruto dos roubos e extorsões, não podiam usufruir desses recursos, uma vez que eram procurados pela polícia. Dormiam no chão, em barracas improvisadas, vivendo o perigo de picadas de insetos ou cobras. Acordavam muitas vezes sobressaltados com os tiros das volantes. Caminhavam longas jornadas por meio de espinhos, expostos ao sol e à chuva, levando uma pesada carga de armamento, munição e outros objetos. Muitas vezes escondidos, passavam dias sem beber água e se alimentando mal. Eram cassados pelas volantes insistentemente, o que os obrigavam a estar sempre em movimento.

A violência fazia parte do cotidiano do cangaceiro. Quando capturado era cruelmente torturado. Segundo Facó, quando morto em combate tinha a cabeça decepada a golpes de facão, quando aprisionado, era fuzilado sumariamente. Facó afirma que quando o temido cangaceiro “Jararaca” (José Leite Santana) foi ferido e capturado durante o assalto à cidade de Mossoró, ele foi torturado e em seguida fuzilado. A mesma “sorte” tiveram os cangaceiros “Mormaço” (José Lopes da Silva) e “Bronzeado” (Manoel Ferreira) que, mesmo presos, foram levados para lugares ermos e fuzilados²⁶. Segundo Nascimento (1998, p. 193), também foram mortos depois de presos os cangaceiros “Asa Branca”, “Miúdo”, “Bem-te-vi”, “Cordeiro” e “Casca Grossa”.

As dificuldades para as mulheres grávidas, que entram no cangaço a partir de 1930, eram bem maiores. Devido a vida nômade, as longas caminhadas, a falta de amparo médico e os combates com as volantes tornavam o período de gestação muito sofrido. A mãe cangaceira

²⁵ Ver vídeo “A Ilusão do Cangaço”. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ybxCMU0MC4c>>. Acesso em 03/08/2019.

²⁶ FACÓ, 1976, pp. 36; 59-60.

não podia ficar com seu filho no bando. O choro da criança poderia indicar o esconderijo dos cangaceiros às volantes. Acaso ela retornasse para sua família seria perseguida pelas volantes. Ao nascer a criança era entregue para familiares, para pessoas de confiança ou para religiosos. Este foi o caso da filha de Lampião e Maria Bonita, Expedita Ferreira, nascida em setembro de 1932, entregue com apenas um mês de vida para um casal de lavradores que já possuía onze filhos²⁷. O mesmo se deu com Silvio Bulhões, nascido em agosto de 1935, filho de Corisco e Dadá. Ele foi entregue para ser criado pelo padre Bulhões (daí seu sobrenome), de Santana do Ipanema/Alagoas.²⁸ Pericás informa que as duas filhas de Antônio Silvino foram criadas em Recife em um educandário religioso (PERICÁS, 2010, p. 47). O cangaceiro Mariano (Mariano Laurindo Granja) e sua companheira Otília (Otília Maria de Jesus) entregaram seu filho para ser criado pelo padre Firmino, de Mata Grande, Alagoas (NASCIMENTO, 1998, p. 193). Acontecia também que, na pressa para fugir, debaixo de cerrado tiroteio, crianças serem abandonadas nas caatingas pelos cangaceiros (CHANDLER, 1981, p. 188). Este fato aconteceu com “Labareda” (Ângelo Roque da Costa). Segundo o site “Lampião Aceso”, na pressa de escapar da volante do tenente Noblat, Labareda deixou seu filho, o qual foi recolhido e criado pelo sargento Edgar Rocha, na Bahia²⁹.

Por vezes acontecia de cangaceiros deserdarem do bando e retornarem à vida de agricultor em uma outra localidade diferente da anterior, por não suportarem os sofrimentos e os riscos de vida pelos quais passavam no cangaço.

2.5 – A Religiosidade

A religião é algo marcante na vida do homem sertanejo. Aprendida em casa desde a mais tenra infância, acompanhando procissões, terços e novenas, composta de orações, benditos, ladainhas e sortilégios, essa religiosidade se fazia notar entre os cangaceiros, ao menos no grupo de Lampião. Há diversos relatos de que Lampião rezava costumeiramente pela manhã, ao meio-dia e no final da tarde. Sua religiosidade misturava-se à lendas e superstições. Segundo Macedo, eram muitas as orações de Lampião: “ele rezava a oração da Pedra Cristalina, das Treze Palavras Ditas e Retornadas e a Prece de Deus Padre” (MACEDO, 1975, p. 177). Havia

²⁷ SOANE, Mirela. A marca de uma sertaneja. *Revista Algo Mais – A Revista de Pernambuco*. Ano 5, nº 59, pp. 32-33, fevereiro de 2011.

²⁸ Diário de Pernambuco, Recife, segunda-feira, 28 de julho de 2008, p. A7.

²⁹ Disponível em:

<<http://lampiaoaceso.blogspot.com/search/label/%C3%82ngelo%20Roque%20%22%20Labareda%22>>. Acesso em 03/08/2019.

também a “Oração Reservada”, a “Oração de São Jorge”, a “Oração de São Bento”, e “O Credo às avessas”.

Um exemplo de religiosidade que podemos destacar entre o bando de Lampião é o episódio em que seu irmão, Livino Ferreira, o cangaceiro “Vassoura”, foi morto em combate por uma volante paraibana, em Flores/PE, atingido por um tiro em julho de 1925. Segundo Nascimento (1998, p. 63), foram rezados muitos terços e ofícios religiosos pela alma do falecido.

Lampião também tinha grande devoção e respeito pelos padres e, por vezes, lhes dava contribuições para auxiliar nas obras das igrejas. Os cangaceiros traziam rosários ao pescoço e orações nos bolsos para os proteger dos males do corpo e da alma. Ainda Macedo afirma (1975, p. 176) que “traz pendente no pescoço saquinhos encardidos contendo rezas salvadoras, bentinhos milagrosos, medalhas protetoras[...]”. Adolfo Meira, gerente da empresa Standard Oil Company, ao narrar o assalto que sofreu em Santana do Ipanema pelo grupo de Lampião, em 1926, afirmou que os cangaceiros usavam medalhas do Coração de Jesus nos chapéus e traziam pequenos retratos do padre Cícero de Juazeiro ao peito (Chandler, 1981, pp. 90; 232-233). Essa crença no sobrenatural, no “ter o corpo fechado”, lhe proporcionava coragem e destemor diante do perigo.

Comentando os costumes sertanejos, Benício afirma que

São todos supersticiosos, crédulos, portadores de breves, bentos, patuás, que os inibem da morte em todas as circunstâncias, rezadores de orações tremendas de futilidades, que fazem, acreditam, brandar aos céus, abrirem-se as portas, eles mesmos desaparecerem à vista de todos, as armas negarem fogo e terem parte com o diabo (BENÍCIO, 1974, p. 11).

Aspectos dessa religiosidade também estava presente durante os combates travados com as volantes, quando os cangaceiros gritavam, além de palavrões, nomes de santos. Pericás (2010, p. 169) afirma que, antes do combate, alguns bandoleiros chegavam a molhar os punhais em água benta para se protegerem. Mas era uma religiosidade que não tinha qualquer prática de piedade ou compromisso religioso. Segundo relatos, os cangaceiros pareciam desconhecer atos de clemência e piedade ao infligir castigos extremamente violentos em suas vítimas.

2.6 – Crime de Honra

Vivendo em comunidades isoladas do sertão e da caatinga, sofrendo privações e diversas dificuldades, o homem sertanejo ia, desde cedo, forjando sua personalidade em meio a sofrimentos, resultado de uma realidade social perversa e de uma educação austera. A

oportunidade de uma condição de vida melhor era praticamente nula. Embrutecidos pela dureza da vida, a palavra dada e a família representavam a honra sertaneja. A rigidez em questões de família era algo marcante. Os laços familiares eram alargados através de compadrios. Um compromisso assumido valia o sacrifício que fosse para cumpri-lo. A honra estava acima de tudo, até mesmo da vida. Não poucas vezes dois valentões se matavam na ponta de uma faca ou no cano de uma espingarda, porque se acharam feridos na honra. Este sentimento era muito presente no homem sertanejo.

Os cangaceiros, em sua quase totalidade, eram oriundos das camadas mais pobres da sociedade sertaneja, muito embora, segundo Pericás³⁰, haja exemplos de alguns cangaceiros de situações econômicas que, se não era abastada, estava certamente acima da média geral.

A vingança familiar enlutava muitas famílias. Desaforos, discussões mais ásperas, desavenças por causa de alguns metros de terra, o roubo de algum animal ou a defloração de moça virgem são alguns exemplos de ofensas que custavam a vida do agressor. Macedo afirma (1975, p. 80) que o cangaceiro “Labareda” (Ângelo Roque) entrou para o cangaço por assassinar um soldado, vingando as afrontas dele à sua irmã. Nascimento (1998, p. 16) assinala que o cangaceiro “Jesuíno Brilhante” (1844-1879), por questões de roubo de animal e por ter um parente surrado, envolveu-se em uma briga que culminou com a morte do agressor. Fugindo da Justiça e da vingança da família do morto, formou um bando de cangaceiros e andou a desafiar os coronéis do Rio Grande do Norte. O próprio “Lampião”, por questões de desavenças com os vizinhos de seu pai e de rixas familiares, entrou para a vida do cangaço.

A situação de abandono pelo poder público a que era submetida aquela gente e a falta de Justiça eficaz, levava as pessoas a resolverem suas diferenças à base das armas.

2.7 – Os Coiteiros

Os coiteiros eram pessoas que, por força das circunstâncias, auxiliavam os cangaceiros de diversas formas. Os fazendeiros de posses que eram coiteiros, muitas vezes se aproveitavam das ações dos cangaceiros para causar danos nos bens dos seus desafetos e adversários políticos, até mesmo o assassinato de pessoas. Outros ajudavam os cangaceiros dando-lhes abrigo, provisões em comida, bebida, dinheiro, além de armas e munições, para não sofrerem represarias de violência contra si e seus familiares, para não ter suas plantações queimadas, seus animais mortos e suas fazendas saqueadas.

³⁰ PERICÁS, 2010, pp.33-36.

Havia entre os coiteiros de Lampião autoridades notórias, como o governador de Sergipe, Eronildes Ferreira de Carvalho, que havia sido capitão-médico do Exército. Eleito governador após a tomada de poder por Getúlio Vargas em 1930, foi nomeado interventor do estado de Sergipe em 1937. Segundo Nascimento (1998, p.243), Eronildes forneceu algumas vezes munição a Lampião, além de cuidar para que a polícia não o incomodasse nas terras sergipanas. Em Aurora, interior do Ceará, Lampião contava com a ajuda do coronel Isaías Arruda, rico fazendeiro do lugar. Na cidade de Bela Vista, atual Serra Talhada, interior de Pernambuco, os cangaceiros tinham como coiteiro Emílio Novais, próspero fazendeiro da região. Já na região de Serra Grande, Pernambuco, contavam com o apoio do coronel Ângelo Gia, proprietário da fazenda Poço de Ferro. O coronel João Sá, de Jeremoabo também prestava apoio ao cangaço (CHANDLER, 1981, p. 190). Para muitos fazendeiros, negociar com lampião e gozar da sua amizade significava ter um “salvo conduto” que preservava suas propriedades rurais de roubos e depredações por grupos de cangaceiros. Nascimento afirma que

Armas e munições procediam da capital baiana destinada aos cangaceiros, por intermédio de prósperos industriais e fazendeiros ribeirinhos que os sustentavam no sertão. Dali, a munição era transportada nas canoas que singravam o São Francisco com destino a pão de Açúcar, Porto da Folha, Piranhas ou Canindé do São Francisco. Em algum ponto, um coiteiro, previamente avisado, estava com animais aguardando a preciosa mercadoria³¹.

Havia também membros da polícia que, cedendo à prática corrupta, vendiam armas e munições aos cangaceiros. Nascimento também diz que “os cangaceiros bebiam com os policiais e chegavam a trocar fuzis e munições com estes”³². A entrega era feita por intermediários da confiança dos cangaceiros. O mesmo autor enfatiza: “em algumas volantes, porém, existiam oficiais e soldados corruptos. Por intermédio deles Lampião encontrava a principal fonte de abastecimento de armas e munições”³³.

Havia ainda os pequenos comerciantes que, além de serem obrigados a lhes entregar os frutos do seu trabalho (dinheiro e provisões de alimentos), ainda tinham que lhes prestar favores como levar e trazer recados, avisar sobre as volantes, fazer compras de alimentos e entregar aos cangaceiros, dentre outros favores. As pessoas simples também eram obrigadas a ajudar os fora da lei, servindo-lhes de informantes sobre a movimentação da polícia, abrigando-

³¹ NASCIMENTO, 1998, p. 245.

³² Ibid, p. 162.

³³ Ibid, pp. 36;162; 244-245.

os em suas casas sempre que necessário e auxiliando com os feridos³⁴. Algumas vezes essas pessoas eram recompensadas em dinheiro ou presentes.

Com exceção das autoridades políticas e dos coronéis, todas essas pessoas corriam o risco de serem presas e torturadas pelas volantes, por prestarem serviços aos cangaceiros. Acontecia também de pessoas inocentes serem acusadas de coiteiras. O cangaceiro “Saracusa” (Benício Alves dos santos), que por cerca de seis anos fez parte do bando de “Labareda”, afirmou em entrevista que sua entrada no cangaço se deu depois que uma volante policial torturou seu pai, arrancando-lhe a barba e as unhas, acusando-o de coiteiro³⁵. A represália por parte dos cangaceiros também era certa. Quando um coiteiro se recusava a atender a algum pedido dos cangaceiros sofria as consequências: era espancado ou até morto, tinha seus bens saqueados e depredados. Foi o que aconteceu com o comerciante de algodão Manoel Alves de Medeiros, conhecido como Manoel Tem-Tem, que comercializava algodão para as fábricas de Mossoró. Segundo Nascimento, certa ocasião ele se negou a atender um pedido de dinheiro feito pelo cangaceiro Sabino Gomes a mando de Lampião. Alguns dias depois, Lampião com seu bando encontraram um grupo de trabalhadores que transportavam uma carga de algodão pertencente a Manoel. O capitão Virgulino ordenou que se queimasse toda a carga, além de soltar os animais, em represália por não ter seu pedido atendido³⁶.

Se alguém fosse acusado de ter dado informações à polícia sobre o paradeiro dos cangaceiros, pagava com a vida, sofrendo as mais terríveis crueldades. Foi o que aconteceu com Torquato José dos Santos e seu genro Firmino. O vaqueiro Chico Geraldo, mentindo, os acusou de terem entregue o paradeiro do grupo do cangaceiro Zé Sereno para a volante do sargento Zé Rufino, que culminou na morte do cangaceiro Zepelim. Sogro e genro foram assassinados na frente de seus familiares com requintes de crueldade³⁷.

O povo simples vivia aterrorizado, acuado, sob dois jugos, no dilema de ter que servir à polícia e o de não negar favores aos cangaceiros. De um modo geral, os cangaceiros dispunham de uma eficiente rede de informantes e coiteiros, a qual lhes proporcionava êxito nos delitos de roubo, sequestro e extorsão, bem como estar informados sobre a movimentação da polícia.

³⁴ Ibid, pp. 47; 96; 244.

³⁵ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=M51rLH3wefw>>. Acesso em 03/08/2019.

³⁶ Nascimento, 1998, p. 126.

³⁷ Ibid, pp. 258-259.

Para muitos sertanejos, o cangaço representava uma alternativa de ascensão social. O ganho obtido com as práticas ilícitas dos cangaceiros, lhes proporcionava uma obtenção de poder aquisitivo que um trabalhador rural jamais conseguiria ter através do trabalho no campo. Por isso os sertanejos pobres tinham pelo cangaço um sentimento misto de medo e admiração pela fama de destemidos que tinham, pelo dinheiro que possuíam, pela vida de aventuras e a coragem que tinham em desafiar os coronéis fazendeiros e as autoridades policiais.

2.8 – Crimes do Cangaço

O cangaço, originário de uma realidade social cruel e opressora, tinha a violência e o crime como marcas registradas, desde os tempos de “Cabeleira” (José Gomes), que ao atacar a cidade de Recife em 1786, foi preso e enforcado³⁸; desde Jesuíno Brilhante (Jesuíno Alves de Melo Calado), morto em combate com a polícia em 1879; desde Antônio Silvino (Manoel Baptista de Moraes), que após ser baleado pela polícia em 1914, ficou preso por 28 anos em Recife, vindo a falecer em 1944 com 79 anos de idade³⁹; desde os primos Sinhô Pereira (Sebastião Pereira e Silva) e Luiz Padre (Luiz Pereira Jacobina), que em agosto de 1922 abandonaram o cangaço, por aconselhamento do padre Cicero Romão, de Juazeiro⁴⁰. A partir de Lampião (início dos anos de 1920), os cangaceiros passaram a agir com maior violência e crueldade, mesmo contra pessoas de comunidades pobres, espalhando muito mais terror e morte pelo sertão nordestino.

Muitos foram os crimes cometidos pelos cangaceiros: roubos, sequestros, extorsões, estupros, assassinatos, destruição de plantações e rebanhos de animais, espancamentos, incêndios, castrações⁴¹, mulheres marcadas com ferro em brasa no rosto e em outras partes do corpo, aplicação de pancadas com uma espécie de palmatória; enfim, a lista é enorme. Muitos crimes foram cometidos com requintes da mais horrenda crueldade. Segundo os registros feitos por pesquisadores, com pessoas que de alguma forma participaram do cangaço, seja como cangaceiro, coiteiro, amigo ou parente de cangaceiro, militar que os perseguia ou até mesmo sobrevivente de seus atos criminosos, é impressionante o nível de violência utilizada por esses homens. Seus atos violentos os tornavam surdos aos gritos de dor e desespero de suas vítimas.

O sangramento era prática comum. Consistia em enfiar um enorme punhal (com mais de trinta centímetros de comprimento) na fossa clavicular esquerda do supliciado. A lâmina

³⁸ MELLO, 2019, p. 62.

³⁹ NASCIMENTO, op. cit., p. 17.

⁴⁰ MELLO, 2019, p. 94.

⁴¹ MACEDO, op. cit., pp. 178-179.

atingia o coração e o pulmão, causando um forte esguicho de sangue ao ser retirada⁴². Os cangaceiros matavam por vingança ou a mando dos coronéis. Outras vezes era por pura perversidade. Muitas de suas vítimas eram pegas em tocaias nas estradas. Também matavam policiais das volantes quando em confronto. Esses eram mortos de forma bárbara e cruel. Quando num ataque surpresa eram sorrateiros como gatos, passos leves, rosto sério, arma em punho. Parecia surgirem do nada e de repente já dominavam todo o ambiente.

O cangaceiro “Zé Baiano” (José Aleixo), famoso por estuprar e violentar mulheres, também era famoso por marca-las no rosto e em outras partes do corpo, com ferro em brasa, as suas iniciais “JB”. Outro cangaceiro famoso por seus atos violentos era “Mariano”. Este trazia consigo uma palmatória, a chamada “Boneca de Laço e Nó”, com a qual ele castigava mulheres, homens, velhos e até crianças, aplicando fortes pancadas nas mãos de suas vítimas⁴³.

Cristino Gomes, o cangaceiro “Corisco”, também conhecido como “Diabo Louro”, figura entre os mais cruéis e perversos cangaceiros do primeiro escalão do grupo de Lampião. Corisco nasceu em 10 de agosto de 1907 em Matinha de Água Branca, atual cidade alagoana de Água Branca. Tendo servido ao Exército em Aracajú/SE, participou de um fracassado motim contra o governo em julho de 1924. Fugindo para não ser preso, foi morar em Lagoa do Monteiro, na Paraíba. Ao se envolver numa briga durante uma festa popular, assassinou um homem e fugiu para a fazenda de seu patrão, o qual lhe aconselhou a se entregar, prometendo ajudá-lo. Ao se entregar foi condenado a quinze anos de prisão por um júri popular. Após fugir da cadeia para não ser morto, ingressou no bando de Lampião em 1926. Devido a sua força, valentia e liderança, logo se destacou no grupo, motivos pelos quais Lampião o tornou um subchefe do grupo⁴⁴.

Em setembro de 1931, na fazenda Bom Despacho, na Bahia, Corisco e seu bando capturaram Herculano Borges de Salles, subdelegado de polícia, o qual quatro anos antes, juntamente com seus ajudantes, o haviam espancado, período em que Corisco se afastou do cangaço e foi viver como feirante. Ele atribuía a Herculano as torturas que seus familiares sofreram nas mãos das volantes policiais e seu retorno à dura vida de cangaceiro. Após ser amarrado em uma árvore de cabeça pra baixo, Herculano teve sua pele arrancada em forma de tiras por Corisco que, com uma faca, lhe causava os mais atrozes sofrimentos. Borges teve seus

⁴² NASCIMENTO, 1998, p. 226.

⁴³ MACEDO, 1975, pp. 195-196; NASCIMENTO, 1998, p. 192; PERICÁS, 2010, pp. 46; 104.

⁴⁴ NASCIMENTO, 1998, p. 248.

pés e mãos decepados a golpes de facão enquanto ainda estava vivo. Após sua morte, seu corpo foi esquartejado e pendurado em estacas de cerca⁴⁵.

No ano de 1928, segundo depoimento de Dadá, Corisco a raptou de sua família, quando ela tinha apenas treze anos de idade. Isso se deu por causa da acusação de que seu pai havia delatado alguém da amizade de Corisco à polícia. Ela sofreu violência sexual e foi obrigada a viver como sua companheira⁴⁶. É bem verdade que os anos de sofrimento na vida do cangaço fizeram nascer entre os dois um sentimento de amor e cumplicidade que duraria por toda a vida do casal.

Além de roubos, assassinatos, sequestros, espancamentos e tantos outros crimes, Corisco também foi o responsável por uma das mais sangrentas e covardes chacinas cometidas por cangaceiros. Após a morte de Lampião na gruta de Angicos em Poço Redondo/SE, em 28 de julho de 1938, em uma emboscada da polícia alagoana, Corisco, incentivado por Joca Bernardes, um ex-coiteiro, partiu em busca de vingança. O alvo era Domingos José Ventura, vaqueiro da fazenda Lagoa dos Patos, de propriedade do coronel Antônio José de Brito, avô de Cyra Brito Bezerra, esposa do tenente João Bezerra. Joca Bernardes, um dos responsáveis pela descoberta do esconderijo de Lampião, apressou-se em incriminar Domingos, coiteiro de Corisco, no intuito de se livrar da fúria assassina do cangaceiro.

Era um dia de terça-feira, 03 de agosto de 1938, há apenas seis dias do massacre de Angicos, quando Corisco chegou à casa de Domingos. Numa sequência de ações violentas, foram espancados e tiveram as cabeças degoladas ainda em vida, Domingos José Ventura, sua esposa Guilhermina Ventura e seus filhos Manoel, Odom, José e Valdomira. Suas cabeças foram colocadas em um saco e enviadas à cidade de Piranhas/AL, aos cuidados do tenente João Bezerra ou, na ausência desse, ao prefeito João Correia de Brito. A fazenda Lagoa dos Patos ficava cerca de cinco quilômetros de Piranhas. Segundo Mello (2019, pp. 278-280) o vaqueiro João Crispim de Moraes, da fazenda Pedrinhas, foi encarregado de entregar a macabra encomenda, que também continha um bilhete dizendo: “para fazer uma fritada”.⁴⁷

Outro exemplo de criminoso, considerado por pesquisadores do cangaço como frio e cruel, foi Santílio Barros, nome do cangaceiro “Gato”. Segundo Pericás, certa vez ele afastou-

⁴⁵ PERICÁS, 2010, p. 108; CHANDLER, 1981, p. 159; Documentário: “Corisco, um Cabra de Lampião”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5IxxCnoX9hM>>. Acesso em 10/08/2019.

⁴⁶ Documentário: “A Musa do Cangaço (Parte 1)”. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YDPJYidXn6Q>>. Acesso em 10/08/2019.

⁴⁷ Ver Nascimento, 1998, p. 281.

se do bando de Lampião para visitar a família e ao retornar, ele havia assassinado a avó, duas tias, quatro irmãos e dois primos⁴⁸. O cangaceiro “Pai Veio” era conhecido por praticar saques, estupros, assassinatos e extorsões. Em setembro de 1925, em uma localidade chamada Serra do Gavião, em Pernambuco, depois de um violento confronto com a mesma volante que havia matado Livino Ferreira (conhecido por “Vassoura” e irmão de Lampião) dois meses antes, Lampião e seu bando levaram a melhor ao final da batalha. Segundo Nascimento (1998, p. 64), os cangaceiros obrigaram os policiais feridos a cavarem suas próprias covas para em seguida os decapitar.

Houve casos em que vários membros de uma mesma família foram assassinados. Foi o que aconteceu com a família de Manuel Gilo, da cidade pernambucana de Floresta, em agosto de 1926. O ataque dos bandos de Lampião e de Horácio Novais (Horácio Cavalcante Albuquerque), deixou um saldo de doze mortos, entre familiares e empregados, contando ainda com vários feridos⁴⁹.

Um outro exemplo. Após ser acusado de tentar matar o cangaceiro “Novo Tempo”, que era cunhado de Zé Sereno, subchefe no grupo de lampião, Zé Vaqueiro, trabalhador da fazenda Paus Pretos, em Sergipe, foi barbaramente espancado e obrigado a deitar sobre espinhos pelos cangaceiros Juriti, Sabiá, Mergulhão, Balão e Marinheiro. Segundo Nascimento (1998, p. 235), logo após, ele foi pendurado de cabeça pra baixo em uma árvore e alvejado por tiros. Seu corpo foi colocado sobre um monte de espinhos e queimado.

Lampião (Virgulino Ferreira da Silva), assim como seus asceclas, praticou os mais diversos crimes: roubos, assassinatos, espancamentos, sequestros, extorsões, incêndios, depredação de propriedades, sangramentos, amputação de orelhas e até marcou pessoas com ferro em brasa, segundo relato de Nascimento (1998, p. 201). Fontes (1988, p. 215) nos informa que em abril de 1931, Lampião capturou José Pequeno, um suposto delator, no município de Uauá/BA. Ele foi despido e sangrado em praça pública⁵⁰.

Chefe supremo do cangaço, Lampião gozava da proteção de políticos, ricos fazendeiros e muitos militares, com os quais ele tinha relações de negócios (armas, munições,

⁴⁸ PERICÁS, 2010, p. 236, nota 41.

⁴⁹ Ibid, p. 88; CHANDLER, 1981, pp. 92-93.

⁵⁰ FONTES, Oleone Coelho. Lampião na Bahia. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 178, apud PERICÁS, op. cit., p. 265, nota 26.

comida e abrigo). Também contava com uma vasta rede de coiteiros, como já citado anteriormente, que o mantinha informado sobre a movimentação das volantes.

Segundo o relatório do inspetor Rafael Spínola, na Vila de Curaçá, na Bahia, distante vinte léguas de Juazeiro, Lampião matou quinze pessoas, entre elas um escrivão, o qual foi morto com extrema crueldade, na frente da esposa e dos filhos⁵¹.

Ainda um outro exemplo. O cangaceiro “Criança” (Vitor Rodrigues), juntamente com seu grupo, praticou uma série de crimes na fazenda Campos Novos, em Porto da Folha/SE. Amarraram o proprietário da fazenda, José Catende, renderam todos os homens e estupraram em torno de quinze moças, além de obrigar seus pais e irmãos a dançarem durante toda a madrugada com as vestes femininas daquelas moças. Após Catende ser obrigado a presenciar toda essa sequência de horrores, foi arrastado por cavalos sobre o solo endurecido e pedregoso da fazenda. Todo escoriado, foi em seguida apunhalado várias vezes por Criança, que ainda degolou sua cabeça e esquartejou seu corpo, deixando as partes penduradas nos galhos das árvores⁵².

Com esses relatos percebemos o quanto o cangaço extrapolou as questões relacionadas às revoltas sociais, aos sofrimentos causados pelas secas e às situações de pobreza extrema. Durante as três primeiras décadas do século XX, tornou-se uma questão de grave desordem social, acompanhada de muita violência, desestruturação nas oligarquias existentes, causando êxodo rural em muitas fazendas além de deixar muitas famílias enlutadas. Os jagunços, que antes estiveram a serviço dos coronéis, acatando suas ordens, por vezes criminosas, suportando seus abusos de poder e sofrendo explorações, vivendo sob sua autoridade de ferro, agora revoltados já não reconheciam patrão. Tornaram-se seus algozes. Segundo Mello, o cangaceiro passou a constituir um poder paralelo ao poder do coronel⁵³. Cegos e insensíveis à dor alheia, castigavam inocentes e culpados sem distinção nem piedade. Tornaram-se em ameaçadores delinquentes que as elites nordestinas ajudaram a criar.

2.9 – A Mulher no Cangaço

Muitas mulheres sertanejas dos anos 1920, segundo Pericás (2010, p. 43), se casavam com doze anos de idade. Para essas praticamente não havia adolescência. Entre treze e quinze

⁵¹ NASCIMENTO, 1998, p. 179.

⁵² CARVALHO, Rodrigues de. Lampião e a Sociologia do Cangaço. Rio de Janeiro: Editora do Livro, 1977, pp. 291-305, apud PERICÁS, 2010, pp. 107-108, nota 31.

⁵³ Vídeo: Lampião e Maria Bonita – Conversa com Bial. Disponível em: <[youtube.com/watch?v=V5geMOQwkc](https://www.youtube.com/watch?v=V5geMOQwkc)>. Acesso em 17/08/2019.

anos já era mãe. Seus afazeres diários consistiam em cuidar dos filhos e do marido, cuidar da casa, carregar água, fazer comida, lavar roupas de roupas no rio (que nem sempre ficava perto de casa), trabalhar na roça, entre outras obrigações. Era pouca ou quase nula a autonomia da mulher em relação às determinações sobre sua vida e seu destino. Numa sociedade marcadamente patriarcal, a imposição social lhe levava a obedecer às ordens dos pais e irmãos, e no casamento, ao marido. O casamento intrafamiliar era comum: primos casavam-se com primas ou ainda tios com sobrinhas.

Numa região onde o analfabetismo era grande e as escolas raras, não era comum que as filhas do sertão frequentassem escolas. Para os meninos, estudar era algo raro. Para as meninas, dentro da concepção sertaneja, isso significava promiscuidade. Isso explica em parte o porquê das mulheres não serem alfabetizadas.

A mulher entra no cangaço em 1930 com Maria Gomes de Oliveira, conhecida como Maria de Deia, e que foi consagrada pela literatura como “Maria Bonita”. Souza (2001, p. 111) afirma que Maria Bonita nasceu em março de 1911, na fazenda Malhada da Caiçara, na Bahia. Era filha de José Gomes de Oliveira e de Joaquina Conceição Oliveira. Mello (2019, p. 155), por sua vez, afirma que sua mãe se chamava Maria Joaquina da conceição. Eles eram conhecidos como Zé de Felipe e Maria de Deia. Percebemos que há aí uma certa discordância entre os pesquisadores. Porém, na sua maioria, os historiadores concordam que sua mãe era conhecida por Maria de Deia, mesmo nome como era chamada Maria Bonita. O nome faz referência ao de sua mãe, costume muito comum no sertão daquele período, em que se atribuía aos filhos o sobrenome do pai ou da mãe.

Quando Maria bonita se juntou com lampião, estava com 19 anos incompletos e já era casada com o sapateiro José Miguel da Silva, conhecido como José de Neném, e morava em Santa Brígida/BA. Ao que parece, a vida conjugal não lhe fazia realizada⁵⁴.

Após a entrada de Maria Bonita, várias outras mulheres ingressaram no cangaço. Os motivos eram os mais variados. Procedentes de famílias humildes, elas eram atraídas por uma vida de fartura e riqueza, prometida pelos companheiros; pela coragem que o cangaceiro demonstrava ter; por uma maior liberdade e vida de aventuras, aspirações próprias da juventude, lembrando que os cangaceiros eram na sua grande maioria jovens. Vale ressaltar também que

⁵⁴ Ver vídeo: Conversa com Bial. Disponível em: <[youtube.com/watch?v=V5geMOQwkc](https://www.youtube.com/watch?v=V5geMOQwkc)>. Acesso em 17/08/2019.

a mulher naquele período vivia uma vida rotineira, reclusa ao lugar onde morava, sem oportunidade de conhecer novos lugares. Outras já namoravam com o cangaceiro, mesmo sem o consentimento dos pais. Foi o caso de Enedina que já namorava “Cajazeira” (Zé de Julião) e Adélia, companheira de “Canário” (Bernardino Rocha), que já o namorava mesmo antes de entrar no cangaço.

Outras foram obrigadas a entrar. Dadá, companheira de Corisco, foi raptada por ele por questões em que seu pai foi acusado de ter deletado à polícia alguém do ciclo de amizade de Corisco. O cangaceiro levou a filha. Era uma maneira de castigar o pai. Dulce, após participar de um baile com outras moças da localidade onde morava, ao término do baile, foi impedida de voltar pra casa pelo cangaceiro Criança, que a obrigou a acompanhá-lo, tornando-a sua companheira. A cangaceira Sila tinha treze anos de idade quando foi raptada em sua cidade natal, Poço Redondo/Se, por “Zé Sereno” (José Ribeiro Filho), chefe de grupo de cangaceiros, em 1936⁵⁵.

Houve casos em que o casal continuou a viver juntos até bem velhinhos, como “Moreno” (Antônio Inácio da Silva) e “Durvinha” (Durvalina Gomes de Sá). Ao acabar o cangaço, eles foram viver em Belo Horizonte/MG e lá permaneceram juntos até junho de 2008, quando ela faleceu com 93 anos. Ele veio a falecer em setembro de 2010 com 100 anos. Sila viveu com Zé Sereno por 45 anos, quando ele faleceu aos 67 anos em 1981⁵⁶.

A presença feminina consistiu numa mudança em relação ao comportamento do grupo, contribuindo para diminuir o ímpeto violento dos cangaceiros, sobretudo a violência sexual cometida por eles, além de melhores hábitos de higiene entre eles. Também vidas foram salvas com a mediação das mulheres. Quando Corisco assassinou Domingos Ventura e sua família para vingar a morte de Lampião, três dos sete filhos foram poupados (Antônio, Silvino e Carmelita), graças aos pedidos de Dadá (MELLO, 2019, p. 279). O castigo de castração também quase foi erradicado devido aos pedidos de Maria Bonita a Lampião.

No bando, as mulheres faziam tarefas domésticas como qualquer outra dona de casa: cozinhavam (muito embora essa fosse uma tarefa feita quase sempre por homens), lavavam roupas e pratos, cuidavam da limpeza e organização da sua tenda, eram parceiras de seus companheiros. Os outros cangaceiros as respeitavam. Isso era como um código de conduta que

⁵⁵ **Jornal Gazeta de Alagoas**, p. B6. Maceió, sexta-feira, 31/07/1998.

⁵⁶ NASCIMENTO, Geraldo Maia do. **Amantes Guerreiras: A Presença da Mulher no Cangaço**, p. 26. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 2001.

os chefes de bando exigiam de seus comandados. Seus companheiros lhes davam presentes, como joias, perfumes e roupas, fruto dos roubos cometidos. A traição era punida com a morte. Foi o que aconteceu com Lídia, companheira de Zé Baiano, que o traiu com o cangaceiro “Bem-te-vi” (Demócrito)⁵⁷.

As mulheres no cangaço não participavam dos assaltos às cidades ou dos combates com as volantes, só quando em perseguição. Dadá foi exceção. Combateu ao lado de Corisco e até comandou cangaceiros, quando ele foi ferido no braço⁵⁸.

Imagem 1



Imagem 2



⁵⁷ Ver Nascimento, 1998, pp. 236-238.

⁵⁸ Documentário: “A Musa do Cangaço (Parte 1). Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YDPJYidXn6Q>>. Acesso em 10/08/2019.

Imagem 3



Imagem 4



3 – A POLÍCIA

3.1 – Dificuldades no combate ao crime

O cangaço era responsável por muitos prejuízos econômicos e desordens sociais. Plantações eram queimadas, rebanhos eram dizimados a tiros, fardos de algodão eram destruídos, assim como outras mercadorias. Lojas comerciais eram queimadas, feiras e comércios locais prejudicados. Muitos moradores de fazendas abandonavam suas terras ou as vendiam barato, com medo dos constantes assaltos dos bandidos, cada vez mais violentos e ávidos por dinheiro e joias⁵⁹. O banditismo representava um fator a mais a enfraquecer a já fragilizada economia nordestina. Os cangaceiros saqueavam e destruíam as coleterias do governo, que em muitas cidades já tinham um baixo faturamento (LEAL, 2012, p. 151), prejudicando assim a arrecadação de impostos⁶⁰.

O acesso às cidades interioranas, longe dos grandes centros, era difícil. As péssimas condições de transporte de muitas estradas deixavam várias comunidades isoladas. E esse isolamento facilitava a ação dos bandidos. A construção de linhas férreas da Great Western, a instalação de agências dos Correios, a expansão das comunicações telegráficas, a abertura de novas estradas, facilitando um melhor fluxo de automóveis e de animais de carga, eram avanços consideráveis e se tornavam importantes aliados na luta contra o cangaço.

Como estratégia de combate, os cangaceiros dificultavam a abertura de estradas e a implantação das redes do telégrafo nas pequenas cidades e vilarejos. Interessava-lhes que essas comunidades permanecessem isoladas, dificultando a comunicação entre elas e a ação policial. Várias foram as ações criminosas contra a chegada desse desenvolvimento. Antônio Silvino arrancava os trilhos dos trens e perseguia operários e engenheiros que trabalhavam na ferrovia. Há relatos de que Lampião e seu bando destruíram os fios das redes de telefonia e telégrafo, antes de invadir e saquear cidades. Isso aconteceu em Souza, município do sertão paraibano, em 1924; também em Nossa Senhora das Dores/SE, em 1929⁶¹.

Segundo Pericás (2010, p. 37), trabalhadores contratados para construção de açudes e estradas eram perseguidos pelos cangaceiros. Macedo (1975, p. 180-181) nos informa que Lampião assassinou um grupo de homens que trabalhavam na construção de uma estrada na

⁵⁹ PERICÁS, 2010, p. 37.

⁶⁰ NASCIMENTO, 1998, p. 179.

⁶¹ Ibid, pp. 82; 178; 181; PERICÁS, 2010, p. 175.

localidade de Carro Quebrado, entre Chorrochó e Barro Vermelho, na Bahia. Ainda assassinou o filho de uma viúva, também trabalhador da mesma obra.

Para as autoridades, era necessário ações mais enérgicas no combate ao banditismo. Essas ações, no entanto, custavam caro aos já sacrificados cofres públicos. Além das melhorias já citadas, se fazia necessário organizar grupos de homens armados (as chamadas volantes), equipá-los com fardamentos, armas, munições, cavalos para montaria, salários para soldados e oficiais, alimentá-los, acomodá-los em quartéis, além da construção de cadeias para colocar os detentos. Essas ações requeriam muitos recursos. Existiam também outras dificuldades que precisavam ser superadas: a interferência dos coronéis nas forças policiais, a corrupção dos oficiais (como dito anteriormente, eles vendiam armas e munições para os cangaceiros), a falta de recursos para atender as demandas, a inércia da Justiça para punir os criminosos e seus apoiadores, como também para punir os graves excessos cometidos pela ação policial.

A polícia não tinha condições de fazer um policiamento adequado. O baixo efetivo policial nas pequenas cidades e vilarejos favorecia a ação de criminosos. As condições de trabalho da polícia eram as mais precárias possíveis: delegacias em péssimas condições de estrutura, armamento velho e ultrapassado, falta de contingente policial para uma ação preventiva contra os criminosos, soldados mal treinados, não alfabetizados e recebendo baixos salários, condições inadequadas de estradas e meios de transporte. A promoção das patentes hierárquicas se dava mais pela compra e pela indicação, e em algumas vezes, pela bravura do indivíduo. Um exemplo disso foi a promoção de Zé Saturnino, conhecido inimigo de Lampião, que mesmo sendo um civil foi promovido a sargento pelo major Theophanes Ferraz Torres, oficial responsável em Vila Bela. O mesmo que capturou Antônio Silvino em 1914 (NASCIMENTO, 1998, p. 45). Saturnino era fazendeiro e casado com uma moça da família Nogueira, família de grande prestígio e influência naquela região. Sua condição social foi decisiva na conquista da patente⁶². Outro exemplo é o do pernambucano José Osório de Farias, o conhecido Zé Rufino, um dos mais temidos caçadores de cangaceiro. Ele foi soldado da tropa do tenente Liberato de Carvalho (NASCIMENTO, 1998, p. 197). Era conhecido pela coragem, pela capacidade de liderança, pelo conhecimento que tinha dos sertões, pela habilidade no trato com os sertanejos e, sobretudo, pela astúcia e determinação nas lutas contra os cangaceiros. Após ter matado e decapitado em Sergipe os cangaceiros “Mariano”, “Pai Veio” e “Pavão”, em outubro de 1936, os três acusados de vários crimes, Zé Rufino foi promovido a “aspirante a

⁶² PERICÁS, 2010, p. 91, nota 57.

oficial da Polícia Militar da Bahia”, por sua bravura⁶³. Pericás (2010, p. 90) nos traz a informação de que o soldado “Antonho Jacó”, conhecido como “Mano Véio”, depois que matou e decapitou o casal de cangaceiros “Serra Branca” (Joaquim José de Moura) e “Eleonora”, em Inhapi/AL, em fevereiro de 1938, foi promovido a cabo de polícia por seus superiores, em Santana de Ipanema/AL.

Não poucas vezes, reconhecidos delinquentes eram recrutados para aumentar o contingente policial. Essa prática foi utilizada várias vezes ao longo da nossa história. Durante a Guerra do Paraguai (1865-1870), segundo Priore (2016, p. 194), as prisões foram esvaziadas e os presos enviados à guerra. Durante a grande seca ocorrida entre 1877-1879, vários bandos de retirantes famintos praticavam saques, roubo de gado, devastação de lavouras, dentre outros crimes no vale do Cariri. João Calangro, conhecido chefe de cangaceiros, juntamente com seu bando, foram chamados para combater as desordens sociais e manter a ordem pública, a convite das autoridades locais (NASCIMENTO, 1998, pp. 64-65). Clementino Quelé (Clementino José Furtado), cangaceiro do bando de Lampião, tornou-se sargento da polícia paraibana e chefe de volante⁶⁴. Nascimento (1998, p. 101; 207) afirma que Zé Calú, famigerado criminoso, foi convidado para lutar contra os cangaceiros, a pedido do então tenente José Lucena, com a promessa de que, entre outras coisas, teria seus crimes “esquecidos” pela Justiça. O próprio Lampião foi convocado em 1926 pelo deputado federal Floro Bartolomeu da Costa, com a mediação do padre Cicero Romão Batista, de Juazeiro, a fazer parte do Batalhão Patriótico” para fazer frente contra a Coluna Prestes⁶⁵.

Toda essa carência dificultava uma ação policial mais ostensiva contra os criminosos e mesmo a prisão e punição desses criminosos.

Houve casos em que alguns indivíduos fizeram o caminho inverso: eram soldados do Exército ou pertenceram à Força Pública e alguns anos depois, pelos mais variados motivos, tornaram-se cangaceiros. O cangaceiro “Jurema” (Inácio Loyolla Medeiros), foi policial até 1922, quando deixou a polícia e entrou no grupo de Lampião. “Mormaço” (Francisco Ramos de Almeida), “Corisco” (Cristino Gomes) e “Jararaca” (José Leite Santana) foram soldados do Exército. O primeiro serviu em Pernambuco, tendo sido corneteiro. Os outros dois, quando

⁶³ CHANDLER, 1981, p. 220; NASCIMENTO, 1998, p. 271.

⁶⁴ VILLELA, 2016, pp. 67; 77; 80.

⁶⁵ Ver PERICÁS, 2010, p. 160.

soldados do Exército durante o início dos anos 1920, chegaram a participar do movimento tenentista em 1924⁶⁶.

3.2 – As Volantes

As volantes eram compostas por homens armados, contratados pelos governos estaduais ou por fazendeiros (as volantes particulares). Esses homens tinham poderes de polícia, com a finalidade de combater, de forma mais ágil e com maior mobilidade, criminosos que agiam em bandos e se escondiam nas caatingas. Seus membros não eram necessariamente militares e eram recrutados de forma voluntária. Muitos sertanejos ingressavam em suas fileiras por necessidade de trabalho. Dada a escassez de trabalho, as volantes eram vistas como oportunidade de ascensão social. Como vimos acima, dependendo da bravura do indivíduo (e mais ainda se ele matasse um cangaceiro famoso), ele poderia ser promovido dentro da hierarquia da polícia. Como exemplo temos Zé Rufino, que chegou à promoção de coronel. Após terminar a campanha contra os cangaceiros, ele comprou fazendas em Jeremoabo/BA, tornando-se comerciante de gado⁶⁷. Um outro exemplo é o soldado Santo (Sebastião Vieira Sandes. Segundo Mello (2019, p. 19), foi ele quem deu o tiro que matou Lampião). Após as mortes em Angicos, Santo passou a fazer parte da guarda pessoal do interventor em Alagoas, Osman loureiro de Farias, em 1938, com a indicação do aspirante Francisco Ferreira de Mello.

Um outro aspecto que podemos observar é que, com um soldo baixo e de pagamento irregular, os soldados se apossavam dos pertences dos cangaceiros mortos como uma maneira de compensar o baixo salário. É sabido que os bandoleiros levavam consigo considerável soma em dinheiro e joias. Pericás afirma que houve situações em que na pressa de se apossar de anéis, os soldados decepavam os dedos e até as mãos dos mortos, para em outro momento retirar seus anéis⁶⁸.

Mello, ao contrário, afirma que ao final da década de 1920, o salário pago às volantes era até bem atrativo. Segundo ele, o governo de Pernambuco pagava 117 mil-réis por mês a um soldado de volante. E a volante que, vinda de um outro estado, entrasse na Bahia para lutar contra os cangaceiros, cada soldado receberia, a título de gratificação, 150 mil-réis. Para se ter

⁶⁶ PERICÁS, 2010, pp. 96-97.

⁶⁷ Ver “Zé Rufino, o matador de cangaceiro”. Disponível em: <[youtube.com/watch?v=M51rLH3wefw](https://www.youtube.com/watch?v=M51rLH3wefw)>. Acesso em 16/08/2019.

⁶⁸ PERICÁS, 2010, p. 90, nota 54.

uma ideia do poder de compra que alguém teria com um salário desse naquele período, Mello faz algumas comparações:

Fazia-se uma feira sortida com 4 mil-réis. Um burro de sela, bom de passada, custava 80 mil-réis. Uma vaca de leite, 90. Um boi, 100. Nos preços da guerra, um punhal grande, três palmos, cabo e bainha de níquel, saía por 50 mil-réis em Santana do Ipanema. Um rifle norte americano novo, 200 (2019, p. 173).

Essas informações indicam que o salário de um soldado volante dava, de modo razoável, para um cidadão sobreviver com sua esposa e filhos.

Macedo, ao narrar um episódio ocorrido nos anos de 1920, envolvendo um certo sargento da polícia pernambucana chamado Optato Gueiros, parece indicar que o salário pago pela polícia era baixo. O ocorrido se passou quando o sargento, de passagem com sua jovem esposa para Bom Conselho/PE, abrigou-se na casa de d. Sinhá, uma senhora viúva, familiar de Sinhô Pereira, chefe de bando de cangaceiros. De madrugada, Sinhô Pereira chegou na casa com seu bando, no qual estavam como seus subordinados os irmãos Antônio, Livino e Virgulo, o Lampião. Em conversa pacífica com o sargento, alguém perguntou quanto era seu ordenado. 95 mil-réis foi a resposta. Em razão disso, Lampião teria dito: “É muito pouco. É melhor ser cangaceiro” (1975, p. 45). O jornalista J. Matos Ibiapina, comentando sobre os oficiais de polícia, afirma que “[...] são pais de famílias pobres, vivendo miseravelmente de seus insignificantes ordenados [...]”⁶⁹. Nascimento também comenta sobre os baixos salários pagos às volantes (1998, p. 35). Chandler (1981, pp. 58;154) afirma que o soldo pago às volantes era escasso e irregular. Esses relatos trazem um questionamento em relação aos salários pagos às volantes e parecem indicar que tais salários eram baixos. Ainda o baixo efetivo policial também é uma indicação de que o salário não era tão atrativo.

O Jornal de Alagoas, em sua edição de 28 de agosto de 1982, trouxe uma interessante matéria intitulada: “Quem levou a vantagem na guerra aos cangaceiros”. Comentando sobre os gastos dispendidos pelos estados nordestinos no combate ao banditismo, Barbosa afirma que as despesas giravam em torno de 20% das rendas orçamentárias. Enormes somas em dinheiro eram destinadas à luta contra o cangaço, durante a segunda metade da década de 1930. Apesar dos esforços, as tropas volantes, segundo Barbosa, era desassistida de recursos, com soldados maltratados e maltrapilhos; que cometiam saques nas vilas e fazendas, tal qual bandidos. A matéria traz um questionamento em relação às boas condições financeiras dos oficiais de polícia

⁶⁹ PERICÁS, 2010, p. 91, nota 59.

daquele período, o que contrastava com seus baixos salários, indicando uma possível corrupção entre os oficiais e outras autoridades⁷⁰.

Como já mencionado, dada a necessidade de trabalho, o ingresso em uma volante trazia a oportunidade de se efetivar no serviço policial e conseguir galgar algum posto na hierarquia, além da possibilidade de se apropriar dos pertences de algum bandoleiro morto. Há relatos em que vários membros de uma mesma família ingressaram nas fileiras de uma volante. Um exemplo é a volante de Clementino Quelé, que tinha vários de seus parentes (MELLO, 2019, p. 103). Também o comerciante de algodão, José Felipe dos Santos, conhecido como “Zé Ceará”, da cidade de Cruz do Cavalcante (atual Cruz das Graças). Após ser sequestrado pelo bando de Corisco e solto sob avultada soma em dinheiro, organizou uma volante particular, da qual faziam parte três dos seus filhos (NASCIMENTO, pp. 173-174).

Esse trabalho tinha riscos e sacrifícios bem reais. Percorrer caatingas e sertões, enfrentando uma natureza inóspita à procura de bandoleiros, não era uma tarefa fácil. Muitas eram as dificuldades enfrentadas. As volantes não possuíam cavalos nem burros e andavam a pé por longas distâncias, por vezes semanas seguidas, com poucas horas de descanso e sem uma alimentação adequada. As estradas e os caminhos pelas caatingas muitas vezes não davam condições de fazer uso de animais de carga. Durante o verão o sol era escaldante e no inverno, rios cheios, caminhos lamacentos e atoleiros dificultavam o trajeto. O esforço físico exigido dos integrantes de volantes era enorme. Muitas vezes, depois de muitos dias de caminhada, chegavam aos vilarejos e pequenas cidades esfomeados, sedentos, sujos, estropiados e até feridos.

Comentando sobre as volantes, Nascimento nos diz que “vista de longe, mais se assemelha a um cortejo macabro, perdido na solidão insuportável da caatinga” (1998, p. 35). Ainda havia o risco de morrer por tiros ou por punhaladas, quando no combate com os cangaceiros. Durante o período em que Lampião esteve como o principal líder cangaceiro (1922-1938), muitos soldados e oficiais de volantes perderam a vida em combate.

⁷⁰ BARBOSA, Severino. Quem levou a vantagem na guerra aos cangaceiros. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 28/08/1982, p. A5.

Imagem 5



Imagem 6



3.3 – A prática da degola

Essa prática foi muito utilizada durante a Revolução Federalista, ocorrida nos primeiros anos da República (fevereiro de 1893 – agosto de 1895). Na crise política que se formou entre o então presidente do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilho, representante do governo de Prudente de Moraes, e seus opositores, liderados por Gaspar da Silveira. Estes não aceitavam o governo de Castilho além de pleitar mais autonomia diante do poder da nova República. O conflito envolveu o Rio Grande do Sul, a Santa Catarina e o Paraná. Houve lutas extremamente sangrentas e de ambos os lados pessoas eram degoladas às centenas. Segundo Priore (2017, pp. 26-27), ao final do conflito, que terminou com um acordo de paz na região, mais de 10 mil pessoas estavam mortas, milhares de pessoas feridas, campos de plantações e de pecuária devastados.

Nas lutas entre volantes e cangaceiros, cortar a cabeça de um bandoleiro morto era prática comum. Era uma forma de mostrar que o indivíduo realmente havia sido morto. Por outro lado, era muito mais prático para os soldados levarem a cabeça, dentro de algum recipiente com cachaça ou pó de serra, impermeabilizado com folhas de bananeira, conforme nos informa Mello (2019, p. 208), para conservá-la, a ter que levar todo o corpo. As dificuldades de transporte seriam enormes. A polícia, através dessa prática, tinha a intenção de intimidar outros cangaceiros para que desistissem daquele tipo de vida. Segundo Mello (2019, p. 93), o soldado volante José Caetano de Mello, em junho de 1900, sangrou com punhal onze cangaceiros do grupo de Antônio Silvino, na Paraíba. Em entrevista, o então coronel Zé Rufino afirmou que, sob suas ordens, os soldados sangravam os cangaceiros feridos e os decapitava em seguida⁷¹. Vale lembrar que também os cangaceiros praticavam a decapitação de policiais (também chamados de “macacos”) ou até mesmo de outros cangaceiros mortos, para que a polícia não soubesse qual cangaceiro havia morrido.

Pericás afirma que a degola virou moeda de troca: se um cangaceiro degolasse um outro comparsa e apresentasse sua cabeça às autoridades, teria seus crimes perdoados pelo governo, ganharia uma recompensa e ainda teria garantia de vida⁷². Na prática isso não era uma constância. Nascimento afirma que a polícia matou vários cangaceiros que se entregaram (1998, p. 158).

⁷¹ Ver “Zé Rufino, o matador de cangaceiro”. Disponível em: <[youtube.com/watch?v=M51rLH3wefw](https://www.youtube.com/watch?v=M51rLH3wefw)>. Acesso em 03/08/2019.

⁷² Pericás, 2010, p. 93, nota 68.

O caso do cangaceiro “Barreira” (João Correia dos Santos) nos indica que nem sempre essa premiação aconteceu. Ele pertencia ao grupo de “Português” (Francelino José Nunes). Após matar a tiros e em seguida degolar seu colega “Atividade” (Manoel Pau Ferro), na cidade alagoana de Pão de Açúcar, em setembro de 1938, levou a cabeça para as autoridades policiais alagoanas, no intuito de receber o perdão por seus crimes. Segundo Bonfim (2015, pp. 53-55), o tenente José Tenório Cavalcante efetuou sua prisão, conduzindo-o para o quartel do 2º Batalhão de Polícia de Santana do Ipanema. Barreira permaneceu preso por quatro anos e seis meses.

Imagem 7



3.4 – A Violência Policial

Era comum a polícia cometer atos violentos contra a população pobre. Pesquisadores e estudiosos sobre o tema “Cangaço” afirmam que a polícia cometia crimes e atrocidades iguais ou piores que os cangaceiros, certos da impunidade de uma justiça que estava a serviço dos poderosos do lugar. Há diversos relatos de famílias ou populações que fugiram dos vilarejos onde moravam, ao saber da aproximação das volantes ou de grupos de cangaceiros. Isso mostra o temor das pessoas ao se depararem com esses dois grupos, que na prática da violência não se distinguia um do outro.

As volantes policiais tinham em suas fileiras muitos homens rudes e reconhecidos delinquentes, como já mencionado. Independente da patente, soldados, cabos, sargentos e oficiais de polícia torturavam, com requintes de crueldade, sertanejos suspeitos de colaborar

com cangaceiros. A lista de tortura é extensa: espancamentos, queimaduras, surras com varas, cortes no corpo, degola, tiro, estupros, roubos e assassinatos, são exemplos dos crimes hediondos praticados pela polícia contra pessoas às quais ela deveria proteger.

Manoel Benício da Silva, coronel da polícia paraibana, orgulhava-se de ter um rosário com 99 orelhas, decepadas dos supostos cangaceiros que tiveram a infelicidade de cair em suas mãos. Esse mesmo coronel lamentava por não ter completado seu rosário macabro de 100 orelhas com a orelha de Lampião⁷³.

Muitos crimes de roubos, espancamentos e assassinatos atribuídos aos cangaceiros, foram na verdade, cometidos por forças volantes. Vejamos alguns exemplos. Francisca de Souza Gayão, dona do engenho Patos, ao telegrafar para o presidente da Paraíba, reclamou dos maus tratos com que a polícia agiu para com seus empregados, alguns deles duramente açoitados e sendo um assassinado⁷⁴. Num outro episódio narrado por Carvalho, os policiais volantes agiram com extrema crueldade ao maltratar um casal de idosos, lavradores pobres, residentes em Tingui. Justino Gomes da Silva e Tereza Gomes da Silva foram barbaramente espancados por uma volante policial, que os acusavam de coiteiros de cangaceiros⁷⁵. Nascimento narra episódios em que pessoas foram surradas com varas por volantes policiais (1988, pp. 246; 254).

Chandler (1981, p. 38) afirma que “as instituições públicas eram fracas e geralmente corruptas”. Comentando as brutalidades praticadas pela polícia, o mesmo autor fala de invasão de propriedades, roubos de animais, arrombamentos de portas, espancamentos e até assassinatos (CHANDLER, 1981, pp. 191-192). Era muito comum que chefes de volantes tivessem parentesco ou laços de compadrio com autoridades judiciais e mesmo com fazendeiros mandatários. Assim seus atos criminosos não eram investigados. Na ausência do braço forte da lei para punir os excessos cometidos, muitos crimes foram praticados pela polícia contra sertanejos pobres. Um fazendeiro de Sergipe, comentando sobre a polícia baiana, afirmou: “Hoje, no sertão, já se tem mais alegria quando Lampião chega à porta do que a simples notícia de que as forças se aproximam”⁷⁶. A população rural ficava dividida em ter que, por um lado,

⁷³ BARBOSA, Severino. Os Heróis de Barro. **Jornal de Alagoas**, Maceió, 28/08/1982, p. A5.

⁷⁴ DANTAS, Sérgio Augusto de Souza. **Antônio Silvino: o cangaceiro, o homem, o mito**. Natal: Cartograf, 2006, p. 59, apud PERICÁS, 2010, p. 258, nota 22.

⁷⁵ CARVALHO, Rodrigues de. **Lampião e a Sociologia do Cangaco**. Rio de Janeiro: Editora do Livro, 1977, pp. 178-179, apud PERICÁS, 2010, pp. 264-265, nota 17.

⁷⁶ CHANDLER, 1981, p. 191, nota 28.

forçadamente auxiliar os cangaceiros, e por outro lado, sofrer as violentas investidas das volantes.

Os parentes dos cangaceiros sofriam com as perseguições policiais, que os espancavam exigindo notícias de seus familiares bandoleiros. Esse foi um dos motivos pelo qual alguns homens ingressaram na vida de banditismo. O exemplo de Antônio Mathildes, narrado por Mello (2019, pp. 79-82), ilustra muito bem essa questão. Natural da Vila de São Serafim, que fazia parte do município de Flores/PE, ele era considerado um homem trabalhador, valente e de boa conduta. Tinha certo parentesco com Joaquina Ferreira, irmã da mãe de Virgulino Ferreira. Os irmãos Ferreira o tinham por tio. Ele foi nomeado inspetor de quartirão de Poço do Negro, pelo juiz Mário Lyra, em 1910. Das perseguições que fez a bandidos, destacou-se por recuperar cavalos roubados. Em 1919 ele foi espancado e preso em sua casa, na frente da esposa e dos filhos, por Antônio Maquinista, cabo de polícia e chefe de volante de Vila Bela. Segundo Chandler (1981, p. 42), uma busca da polícia na residência de alguém significava a destruição dos utensílios domésticos e o espancamento dos familiares do acusado.

A acusação, feita por José Alves de Barros, o Zé Saturnino (este um dos principais desafetos de Lampião), dizia que Mathildes dava apoio aos cangaceiros “Criança” (João Gomes) e “Baliza” (José Gomes), integrantes do grupo de Sinhô Pereira, ambos irmãos e sobrinhos de Mathildes. Solto pela intervenção do capitão Antônio Timotheo, ele foi buscar auxílio com seus parentes, os irmãos Ferreira, que já se encontravam na vida de bandoleiros. No ano de 1920, Mathildes e um bando de cangaceiros estavam a fazer ataques nas fazendas de Zé Saturnino e de seus familiares, os Nogueira. Temos aqui famílias em guerra, com saldo de muitos tiros disparados, muito sangue jorrado e muitas vidas ceifadas, tendo na origem da contenda ações violentas de uma polícia despreparada.

Em sua obra “Cangaceiros, Coiteiros e Volantes” (1998, pp.50-52), Nascimento narra um fato ocorrido com o lavrador Antônio dos Santos, morador de Tanque Novo, localizado no sertão paraibano. Tonho de Ana, como era conhecido (o nome deve ser uma referência ao nome de sua mãe), era primo do cangaceiro Paizinho, o mesmo que em julho de 1924, no assalto à cidade de Souza, na Paraíba, espancou e humilhou o juiz Archimedes Soutto Mayor (Chandler, 1981, p. 65). Em 1925, após sofrer constantes vexames infligidos pelas volantes policiais, que procuravam saber sobre seu primo cangaceiro, ele mudou-se com sua esposa e filhos para o sítio dos Nunes, de propriedade do Major Raimundo Cardoso, localizado em Flores, pequeno povoado do sertão pernambucano. Certo dia, enquanto trabalhava na roça, o sargento Guedes, da polícia paraibana, no comando de uma volante, foi até sua casa, onde só se encontravam sua

esposa, que havia dado à luz há alguns dias, e seus quatro filhos, ainda crianças. Ela foi espancada e quando Tonho de Ana chegou também foi espancado. Numa sessão de tortura a qual foi submetido, os policiais faziam furos com punhal em suas costas, indagando sobre o paradeiro de Paizinho. A volante foi embora sem ter a informação que buscava, mas deixou as marcas da violência e da humilhação. Tonho decidiu dar queixa do sargento ao delegado Jesuíno, na delegacia de Flores. Lá ele foi humilhado e suas queixas desacreditadas. Ele retornou para casa revoltado com toda aquela situação de injustiça. Algum tempo depois despediu-se da esposa, orientando-a ir para Juazeiro, seguindo os muitos grupos de romeiros, para buscar o auxílio do padre Cícero, ao que diziam, nunca negava auxílio aos necessitados. Tonho de Ana seguiu para os sertões da Paraíba, à procura do bando de Chico Lopes, ao qual Paizinho pertencia, no intuito de se vingar dos homens que o agrediram. Mello (2019, p. 129) afirma que, para muitos sertanejos, o cangaço era tido “como instrumento de vingança”. Ele se tornou o cangaceiro “Meia-Noite” no bando de Lampião.

A violência policial também foi, de certo modo, o motivo de Sinhô Pereira (Sebastião Pereira e Silva) ter entrado no cangaço. É bem verdade que exemplos de cangaceiros não faltaram em sua família. Seu irmão Né Pereira (Manoel Pereira da Silva Filho) era cangaceiro, assim como seu primo Luiz Padre (Luiz Pereira Jacobina) e seu sobrinho Antônio Pereira Neto (MELLO, 2019, p. 73). Os Pereira travavam uma intriga com as famílias Nogueira e Carvalho que já durava muitos anos. Brigas, prejuízos financeiros, discussões acaloradas e até assassinatos já haviam sido cometidos por membros das três famílias. Macedo (1975, pp. 44-46; 110) nos informa que em 1918, o jovem Sebastião Pereira, com 17 anos de idade, morava no povoado de São Francisco, no município de Floresta/PE, com sua família, tendo em casa uma senhora negra, a qual cuidou dele e de seus irmãos quando eram crianças e a quem eles chamavam de mãe, devido o respeito que tinham por essa senhora. Os laços familiares nas famílias sertanejas são, ainda nos dias de hoje, algo muito forte. Certo dia, o capitão Teófanos Ferraz Torres, delegado de Serra Talhada/PE e comandante de volante, chegou na casa de Sebastião para prender seu irmão Né Pereira e Pedro Valões, acusados de vários crimes contra as famílias Carvalho e Nogueiras. Não os encontrando, espancou e queimou o rosto de Sebastião, além de espancar com uma palmatória a senhora negra a quem ele chamava de mãe. Num outro incidente, em 1916, um de seus irmãos mais velhos, Né Dadú, foi assassinado enquanto dormia por um de seus comparsas, o qual, segundo Chandler (1981, p. 31), trabalhava secretamente para os Carvalho. Esses fatos mexeram com a moral sertaneja dos Pereira, que se viram desmoralizados perante a sociedade e descrentes na justiça. A entrada na vida do cangaço

se deu em seguida. Os primos Sinhô Pereira e Luiz Padre se destacaram como chefes de cangaceiros, tendo sob seu comando Lampião e seus irmãos, dentre outros bandoleiros, cometendo os mais diversos crimes, por um período que durou até 1922, quando os primos cangaceiros foram embora pra Minas Gerais, atendendo as orientações do padre Cícero.

Dadá, em entrevista⁷⁷, afirmou que quando Corisco a levou da casa de seus pais, seus familiares foram torturados pela polícia. Seus irmãos, com menos de oito anos de idade, tiveram as unhas das mãos arrancadas; seu pai foi bastante espancado; sua mãe e suas irmãs foram presas, ficando vários dias sem se alimentar ou beber água. Tudo isso porque a polícia queria saber o paradeiro dela e do grupo de Corisco. Os oficiais de polícia viam no sertanejo pobre a figura de um possível coiteiro, e seus filhos como futuros cangaceiros.

Longe dos olhos da justiça, era prática comum a polícia executar prisioneiros nos lugares afastados e longe de testemunhas. Um exemplo que podemos utilizar é o do cangaceiro Jararaca (José Leite de Santana), do grupo de Lampião, ferido e preso durante o malogrado assalto à cidade de Mossoró/RN, em 13 de junho de 1927. Ele foi levado da prisão para supostamente ir para Natal, onde seria julgado por seus crimes. No caminho, os policiais desviaram a rota e seguiram para um lugar ermo, onde Jararaca foi executado⁷⁸.

Um outro fato curioso foi a morte do cangaceiro “Português” (Francelino José Nunes). Depois do assassinato de Lampião em Angicos, os cangaceiros que sobreviveram estavam divididos em pequenos grupos e seus respectivos chefes. Logo lhes sobreveio a dificuldade de se manter a rede de coiteiros. Lampião, quando vivo, sabia como ninguém onde buscar abastecimento de munição, lugares para descanso do grupo (os coitos), víveres alimentícios, contribuições em dinheiro, manter uma viva rede de coiteiros a seu serviço, além de manter unidos os grupos de cangaceiros, se sobressaindo como chefe maior, tendo com todos uma prática constante de negociação e de perspicácia no trato mútuo. Com sua morte essa corrente se quebrou e os grupos ficaram agindo cada um por si.

O cerco ao cangaço aumentou cada vez mais com um maior efetivo policial e a falta de apoio de muitos coronéis. Segundo Mello, o tenente João Bezerra declarou que o próximo seria o grupo de Corisco (MELLO, 2019, p. 282). O mesmo autor afirma que durante os últimos meses de 1938, vários cangaceiros se entregaram às autoridades (MELLO, 2019, p. 291).

⁷⁷ Ver vídeo “A Ilusão do Cangaço”. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ybxCMU0MC4c>>. Acesso em 03/08/2019.

⁷⁸ NASCIMENTO, 1998, pp. 144;156; MACEDO, 1975, p. 149.

Alguns até auxiliaram a polícia na caça aos seus antigos companheiros⁷⁹. Português, chefe de um pequeno grupo de cangaceiros, depôs as armas em dezembro de 1938, juntamente com sua mulher Quitéria e mais três de seus companheiros, Velocidade, Pedra Rocha e Barra de Aço. Estando preso no quartel do 2º Batalhão de Polícia de Santana do Ipanema, ele foi morto a tiros dentro do quartel em 12 de fevereiro de 1939, pelo soldado Pedro de Aquino dos Santos, 22 anos, filho do comerciante Thomaz José de Aquino, a quem Português havia assassinado em 1934, lá mesmo em Santana do Ipanema, em uma das suas muitas investidas criminosas de roubos, extorsões e assassinatos. Pedro havia ingressado na polícia em 1937, para vingar a morte do pai⁸⁰.

Através desses registros percebemos quanta arbitrariedade e violência foi utilizada pela polícia na luta contra o cangaço, tendo nas camadas mais pobres da população as principais vítimas desses abusos.

3.5 – Fuga da Justiça e Questões entre Famílias

As questões entre famílias se originavam muitas vezes por causa de supostos roubos de animais, queima de plantações, apropriação de terras, depredações de bens, discussões acaloradas, dentre outros motivos, os quais a boa vontade e o bom senso de ambos os lados poderiam resolver. Essas questões acabavam envolvendo famílias inteiras (parentes, aderentes e empregados) num conflito armado que, não poucas vezes, resultavam em morte. Segundo pesquisadores, o conflito que envolveu Virgulino Ferreira e seus parentes contra Zé Saturnino e a família Nogueira, teve início por volta de 1916, quando Virgulino tinha 18 anos. As causas foram pretensos roubos de animais, quebra de chocalhos (objeto que o animal trazia ao pescoço), provocações, o que gerava rixas familiares, invasão de propriedade e prejuízos financeiros para ambos os lados pela queima de plantações e matanças de animais⁸¹. Não havia cerca nas fazendas e os animais de diferentes proprietários ficavam juntos no pasto. As queixas de roubo de animais, segundo Chandler (1981, p. 37) era algo comum no sertão nas primeiras décadas do século XX.

Essas desavenças logo se tornaram em episódios de emboscadas e tiroteios, se distanciando cada vez mais de uma solução pacífica. As questões não foram satisfatoriamente

⁷⁹ PERICÁS, 2010, p. 293, nota 24.

⁸⁰ CHANDLER, 1981, p. 264, nota 4; MELLO, 2019, p. 292; PERICÁS, 2010, p. 293, nota 24.

⁸¹ CHANDLER, 1981, p. 37; MACEDO, 1975, pp. 31-32.

resolvidas por ambas as partes e a justiça não teve pulso para intervir, o que resultou com a entrada de Virgulino e seus irmãos na vida do cangaço.

A honra familiar parece ter sido o motivo de Jesuíno Brillhante ter entrado na vida errante de bandoleiro. No início dos anos de 1870, seu pai, João Alves, se desentendeu com um certo Honorato Limão, por causa de um suposto roubo de animal. Assim, o trato entre a família Calado, a qual Jesuíno pertencia, e os Limão se tornou estremecido. Provocações e brigas resultaram no assassinato de um dos parentes de Jesuíno por Honorato e seus irmãos, em dezembro de 1871. Jesuíno, em represália, foi até um bar onde Honorato estava e o matou a golpes de punhal (NASCIMENTO, 1998, p. 16). Para fugir da justiça e da vingança da família do morto, Jesuíno ingressou na vida de cangaceiro. Era a justiça feita pelas próprias mãos por não se confiar na justiça dos tribunais, onde muitas vezes havia jurados de caráter duvidoso e submissos a seus patrões. Estes, por serem agregados de determinados mandões do lugar, votavam segundo as ordens de seus patrões, não ousando contrariá-los. A justiça privada se fazia mais eficaz que a justiça pública.

A fuga da justiça levou muitos homens a ingressar no cangaço. Ao cometer um crime, o sujeito podia ir embora do local e recomeçar nova vida em outra localidade; podia se entregar às autoridades e aguardar seu julgamento preso, ou podia cair na clandestinidade e ingressar em algum grupo de bandoleiros. Clementino Quelé, que fora inspetor de quartirão, após matar dois homens em um lamentável incidente policial (estes de uma família de prestígio do lugar), foi destituído do cargo e passou a ser procurado pela polícia. Ele fugiu e ingressou no bando de Lampião. Algum tempo depois, por desacordos com o chefe, abandonou o cangaço e ingressou nas volantes policiais, tornando-se um dos mais temidos chefes de volantes a caçar cangaceiro.

Também o cangaceiro Horácio Novaes (Horácio Cavalcante de Albuquerque), conhecido ladrão de cavalos e de tantos outros crimes na região de Floresta/PE, fugindo da ação da justiça, ingressou no cangaço. Ele foi chefe de um pequeno grupo de bandoleiros e tempos depois juntou-se ao bando de lampião⁸².

Em entrevista concedida a Antônio Sapucaia para o jornal Gazeta de Alagoas, edição de 16 de setembro de 2012⁸³, o ex-cangaceiro Vinte e Cinco (José Alves de Matos) afirmou que por causa de desavenças entre vizinhos, sua família foi denunciada à polícia por ter admiração por Lampião, o que resultou no espancamento de seu sobrinho. Esse fato teve como

⁸² CHANDLER, 1981, p. 92; NASCIMENTO, 1998, p. 87.

⁸³ Disponível em < lampiaoaceso.blogspot.com/search/label/Vinte%20e%20Cinco>. Acesso em 28/08/2019.

consequência brigas entre famílias e a prisão de José Alves. Ao ser solto, revoltado com a ação policial, resolveu entrar na vida do cangaço, onde já tinha cinco parentes (Santa cruz, Pavão, Chumbinho, Ventania e Azulão). Era dezembro de 1933 e ele tinha apenas 16 anos. Fez, inicialmente, parte do grupo de Corisco, depois passou a pertencer ao bando de Lampião. Ele atribuiu sua entrada no cangaço às humilhações sofridas pelo sertanejo simples com os atos violentos da polícia.

As arbitrariedades da polícia, a justiça seletiva e parcial, o descaso das autoridades governamentais para com as necessidades sociais básicas das populações menos favorecidas, uma máquina pública que correspondia fielmente aos interesses privados, uma população sofrida e armada “até os dentes”, são fatores que contribuíam para o aumento da violência e do banditismo no Nordeste.

4 – OS CORONEIS

4.1 – Origem do Coronelismo

O cangaço está, entre outras coisas, diretamente ligado à figura do coronel. Ainda no Brasil colonial, na necessidade de proteger suas propriedades de ataques indígenas ou da invasão por outros colonos, o donatário, possuidor de muitas terras, tinha a seu serviço dezenas de jagunços armados. Esses homens, como dito acima, muitas vezes realizavam através das armas serviços sórdidos para seus patrões. Roubo de animais, assassinatos, expulsão de moradores nativos de suas terras, apropriação de terras, surras e ameaças a agricultores são exemplos desses crimes.

Pericás (2010, p. 17) indica a presença de grupos de bandoleiros já no período da invasão holandesa (século XVII). Soldados holandeses desertavam e formavam grupos de fora da lei, e ainda bandeirantes paulistas, que se desgarravam de seus grupos em missões desbravadoras pelo sertão nordestino e organizavam grupos de salteadores. São conhecidos nomes como o do pernambucano “Cabeleira” (José Gomes), considerado um cruel matador, morto em Recife em 1786, o baiano “Lucas da Feira” (Lucas Evangelista dos Santos), morto em 1849, e o potiguar Jesuíno Brilhante (Jesuíno Alves de Melo Calado), morto em 1879. Durante as duas últimas décadas do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, muitos nomes de bandoleiros se destacaram por seus crimes: os irmãos Guabirabas, Cassimiro Honório, Jeremias dos santos, Antônio Silvino, os irmãos Porcinos, Sinhô Pereira e Luiz Padre. Foi durante esse período, já com a figura do coronel instituída, que esses jagunços passaram a agir em bandos organizados e por conta própria (e aí temos a figura do cangaceiro). Esses bandoleiros tinham na pessoa do coronel certa segurança e apoio, uma vez que agiam como seus aliados quando se colocavam a seu serviço para atuar nas lutas entre famílias e contra seus adversários políticos.

O poder do coronel e sua figura mandante vem de muito longe, desde a criação da chamada “Guarda Nacional”. Instituída em 18 de agosto de 1831, pelo regente padre Diogo Antônio Feijó, durante o período de Regência Trina, a Guarda Nacional estava sujeita ao ministro da Justiça. Essa instituição foi inspirada na francesa “Garde Nationale”, que deveria atender aos interesses da burguesia. O Brasil vivia um período turbulento, onde o imperador D. Pedro I, proclamador da Independência, abdicava ao trono em favor de seu filho, o príncipe herdeiro D. Pedro II, com apenas 5 anos, após sucessivos atos de protestos por seu caráter absolutista.

O Brasil, país de dimensões continentais, era pouco povoado. O Exército brasileiro não tinha condições de controlar as muitas situações de conflitos nem dispunha de homens o suficiente para fazer a segurança das províncias. Por falta de recursos financeiros do governo não existia um corpo policial organizado, bem equipado e pronto para atuar na defesa da lei e da ordem nas muitas cidades, vilas e povoados. Na maioria das vezes, dada a falta de autoridades, o mandatário local, normalmente um senhor de muitas posses e que gozava da amizade ou tinha algum parentesco com membros da corte, fazia funcionar a lei a partir dos seus próprios conceitos. Era a justiça baseada naquilo que ele julgava ser correto. Esses homens constituíam uma classe dominante formada por ricos fazendeiros e comerciantes. Suas milícias, existentes pelas fazendas e povoados, eram reconhecidas pela Regência como defensoras da lei.

A criação da Guarda Nacional, teoricamente, substituiria as milícias e sua finalidade era, juntamente com o Exército, defender a independência do Brasil e sua integridade nacional, defender a Constituição e a liberdade das pessoas⁸⁴. Dada a carência de forças policiais, ela também serviria para manter a ordem pública nas áreas rurais. Existiam vários regimentos da Guarda Nacional em diversas cidades brasileiras. Pericás afirma que os custos com armamentos, munição e equipamentos em geral eram arcados pelo governo nacional e as câmaras municipais eram encarregadas de decidir onde as tropas ficariam, além de fiscalizá-las. O alistamento era feito entre os cidadãos que tinham direito ao voto eleitoral. Esses, ao ingressar na Guarda eram dispensados do alistamento no Exército. Os cargos hierárquicos de oficiais e coronéis eram reservados aos mandatários locais, tendo esses que pagar pela patente recebida. Ainda segundo Pericás (2010, p. 60), os oficiais eram, todos eles, donos de terras, parentes destes ou seus agregados. Essa praxe favorecia só os membros das famílias abastadas que podiam pagar pelo título. Assim os grandes fazendeiros e ricos comerciantes, os quais já possuíam o poder político de forma patriarcal, é que eram contemplados.

A Guarda Nacional se fez presente nas lutas do Brasil na Guerra do Paraguai (1864-1870) e em outros momentos de tensão na história do país. Fazer parte do comando da Guarda era sinônimo de prestígio, poder e riqueza. Nas festas religiosas, as quais mobilizavam toda a cidade, a presença dos coronéis se fazia notar através de seus garbosos uniformes e por estarem sempre nos lugares de destaque. Leal (2012, p. 242) afirma que os oficiais da Guarda, quando

⁸⁴ CASTRO, Jeanne Berrance de. **A Milícia Cidadã: A Guarda Nacional – de 1831 a 1850**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, apud PERICÁS, 2010, p. 255, nota 75.

condenados por algum crime cometido, não podiam ser presos em celas comuns, ficando na chamada “sala livre” da cadeia pública de sua localidade.

A Guarda Nacional era mais de caráter político que militar. Quando o poder público concedia a patente de coronel para um fazendeiro (um homem civil), concedia-lhe também o poder das armas. Essa era uma maneira de preservar a posição política no âmbito local para membros da elite sertaneja, fortalecendo seu poder e seu prestígio. Desta forma, o título de coronel se proliferou no sertão nordestino entre as famílias de posses. E essas famílias também passaram a comprar títulos para seus herdeiros, numa clara intensão de perpetuar seu poder e sua influência.

Mesmo com a extinção da Guarda Nacional em 1922, durante o governo de Artur Bernardes, sendo substituída pelo Tiro de Guerra (PERICÁS, 2010, p. 63), ficou o caráter repressor e autoritário dos coronéis. Eles mantiveram seu poder, cercados por milícias de jagunços armados. Com o tempo passaram a ser chamados de coronéis todos os ricos fazendeiros, comerciantes e pessoas com condições econômicas consideradas. Tornaram-se chefes políticos e dominavam a política local de modo paternalista e autoritário. Existia a lei dos tribunais e a lei dos coronéis, onde eles resolviam as questões de suas localidades conforme lhes conviesse e segundo o censo de justiça de cada um. O poder local do coronel tinha pouco ou quase nenhum enfrentamento. Havia muitos abusos por parte dos coronéis, por parte de seus protegidos e também por seus jagunços.

O poder de mando do coronel era medido a partir do seu poder econômico, baseado em suas terras, suas posses e seus negócios de teor econômico; da sua capacidade de arregimentar grupos armados para seu exército particular, no intuito de fazer valer sua lei e sua ordem; e sua capacidade de influência nos negócios de governo e de justiça, beneficiando-se de decisões governamentais e recursos públicos para atender seus interesses privados.

Imagem 8



4.2 – O Coronel e as Eleições

Com a Constituição de 1824, o voto era baseado na renda do indivíduo. A renda regulamentava o processo político, ou seja, para votar era preciso ter uma certa renda além de ser alfabetizado. O povo não tinha representação política porque na sua grande maioria, as pessoas não tinham renda o suficiente para que pudessem ter direito ao voto. As pessoas eleitas eram representantes das oligarquias, pois quem votava eram os ricos fazendeiros, latifundiários, donos de engenhos, escravocratas e pessoas de posses. Eles elegiam pessoas que defenderiam seus interesses. A Constituição republicana de 1891 retirou a exigência de renda, mas manteve a exclusão dos analfabetos. Como o voto era universal masculino, eram excluídos também os menores de 21 anos, as mulheres, os mendigos e os membros de ordens religiosas⁸⁵.

Em um país onde a maioria da população era analfabeta, para alguém ser considerado alfabetizado bastava saber assinar o nome. Isso era necessário para que a pessoa fizesse seu registro no alistamento eleitoral. Assim, era muito comum que os coronéis contratassem professoras para ensinar as pessoas que moravam em suas dependências a assinar o nome. Como o voto não era secreto⁸⁶, essas pessoas eram obrigadas a votar, por imposição do coronel, nos candidatos que ele indicasse, sob pena de sofrerem agressões físicas, serem demitidas do trabalho ou serem postas para fora das terras onde moravam, que na maioria das vezes pertencia ao coronel. Para isso ele se valia da persuasão das armas de seus jagunços. Era o chamado “voto

⁸⁵ Constituição da República de 1891, Art. 70. Ver site:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm> Acesso em 26/08/2019.

⁸⁶ O voto secreto só foi instituído em 1932, com o Código Eleitoral. Ver ELEIÇÃO. Nova Enciclopédia Barsa, Volume 5, São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 1999, p. 339.

de cabresto”. O mandonismo local e a violência eram marcas registradas da política no Nordeste e em outras partes do Brasil.

Segundo Carvalho (LEAL, 2012, p. 12), havia uma conexão entre os coronéis dos muitos municípios nordestinos, os governadores e o governo federal, numa rede de colaboração e apoio onde os interesses privados se sobrepunham sobre o coletivo. O coronel negociava com o governo apoio político para obter vantagens financeiras, melhorias para suas terras e benefícios sociais para sua região. Em troca, ele dava apoio para que os candidatos do governo fossem eleitos para cargos eletivos através do voto de cabresto.

Segundo Priore (2017, p. 56), as fraudes nas eleições era uma constante. E ainda Resende (FERREIRA; DELGADO, 2018, p. 103) afirma que havia adulteração nas atas de votação, com nomes de pessoas já falecidas ou pessoas que votavam duas vezes ou mais. Isso causava distorções nos resultados das urnas, onde o número de votos era superior ao número de eleitores. Tinha ainda os eleitores que eram obrigados a votar na presença de jagunços armados, como também casos em que o coronel prometia pequenos presentes aos eleitores como roupas, calçados, alimentos, até ferramentas do campo como enxadas.

Dependendo da situação, o coronel ora apoiava, ora disputava o poder com o governo. O governo, por sua vez, favorecia para que o coronel aliado agisse à vontade em seu município. Assim, o poder do coronel se estendia por todas as áreas da vida social em sua localidade. Dependendo do seu poder aquisitivo e de sua capacidade de influência, era ele quem nomeava o delegado, o juiz, o comandante da polícia e até funcionários públicos. Leal⁸⁷ afirma que em alguns lugares, o poder do coronel está associado à influência moral e religiosa do padre da paróquia, o qual é seu aliado. As escolas, segundo Facó (1976, p. 34), quando existiam, ficavam em suas dependências e serviam aos seus filhos e aos filhos de pessoas de posses, ficando as crianças pobres sem educação escolar, no obscurantismo do analfabetismo.

Essa prática de troca de favores entre as elites dominantes marcou a política brasileira, sobretudo no Nordeste, durante o século XIX e as primeiras décadas do século XX. O coronelismo vigorou durante todo o período da chamada “Primeira República” (1889-1930), e teve seu poder diminuído gradativamente a partir da Revolução de 1930, com Getúlio Vargas na presidência da República.

⁸⁷ LEAL, 2012, p. 243, nota 2.

Imagem 9



4.3 – O Coronel e o Cangaço

Os governos não estavam interessados em combater as causas do cangaço, uma vez que a máquina pública estava a serviço de interesses privados. As necessidades gritantes das populações carentes não eram atendidas. Os órgãos públicos e a justiça eram morosos em punir as arbitrariedades, os abusos de poder e a corrupção da polícia e de outras autoridades. Os trabalhadores rurais viviam desamparados pela lei e para sobreviver precisavam, em quase tudo, do apoio do coronel: para conseguir trabalho, ter uma moradia humilde, ter socorro médico, ou como afirma Facó (1976, p. 15), para se ter um pedaço de terra para plantar.

As milícias armadas, as quais os coronéis se valiam para defender seus interesses particulares contra opositores políticos, famílias rivais ou contra quem se opusesse às suas ordens, transformaram-se em instrumento de repressão. Com o surgimento do banditismo independente, o cangaço, o coronel a ele se aliou, seja para proteger suas propriedades, seja pelos altos lucros de se negociar com os cangaceiros. Os coronéis apoiavam os cangaceiros negociando armas e munições, fornecendo-lhes alimentos e outras coisas de suas necessidades, dando-lhes esconderijos, tratamento médico (quando necessário) e informações sobre a movimentação da polícia, como também atuando com seu prestígio em questões judiciais, no intuito de ajudá-los.

A relação que os cangaceiros tinham com os coronéis, os “homens graúdos” do lugar, lhes davam uma sensação de impunidade. Sua influência proporcionava certa segurança aos cangaceiros. Muitos chefes cangaceiros se relacionavam com as elites locais e com elas se

associavam em negócios. Alguns episódios retratam bem o apoio que Lampião recebia de vários coronéis nas vastas áreas rurais da Bahia, de Pernambuco e de Sergipe, se estendendo também ao Ceará, Alagoas e Paraíba. Quando aconteceu o ataque à cidade de Mossoró/RN, em junho de 1927, no qual Lampião e seu bando foram obrigados a se retirar devido à resistência dos moradores, segundo Nascimento (1998, p.156), ele foi procurar coito em Aurora/CE, nas terras do coronel Isaías Arruda. Pericás (2010, p. 35) informa que o coronel João Gonçalves de Sá, deputado estadual e chefe político de Jeremoabo/BA, tinha desde 1928 um acordo com Lampião, para que o chefe cangaceiro não depredasse suas vinte fazendas. Em troca, o coronel seria seu coiteiro e lhe daria apoio quando necessário. João Gonçalves se tornou um dos homens de confiança de Lampião. Um outro coronel com quem Virgulino Ferreira teve estreitas relações de negócios foi Petronilo de Alcântara Reis, um dos fazendeiros mais ricos da Bahia e bem relacionado com políticos de Salvador. Segundo Pericás (2010, p. 35), Lampião era sócio de Petronilo na compra de fazendas (muito embora a amizade entre os dois tenha durado pouco e Lampião tenha passado a depredar as propriedades de Petronilo).

Eronildes Ferreira de Carvalho, capitão-médico do Exército e governador de Sergipe por intervenção de Vargas em 1937, desde 1929 mantinha relações de amizade com Lampião e era suspeito de fornecer aos cangaceiros armas e munições, além de cuidar para que a polícia não os incomodasse em terras sergipanas⁸⁸. Segundo Mello (2019, p. 234), a confiança de Lampião era tanta que ele costumava dizer que em Sergipe seu bando poderia dormir de cuecas. Em Pernambuco, Lampião contava com o apoio dos coronéis Emílio Novais e Ângelo da Gia, prósperos fazendeiros e homens de considerável prestígio. Os coronéis João Sá, de Jeremoabo, e João Maria de Carvalho, de Serra Negra, ambos em terras baianas, também prestavam apoio aos cangaceiros⁸⁹.

O jovem cangaceiro Volta Seca (Antônio dos Santos), quando preso em 1932, revelou às autoridades baianas vários coiteiros de Lampião, além de informar que eles, os coiteiros, era quem sustentavam Lampião⁹⁰. Mello (2019, p. 212), em suas pesquisas, afirma que “Lauro Cabral de Oliveira, em 1980, afirmou que no sertão não houve bandido, houve protetor de bandido”. Se não houvesse acobertamento de tantos homens influentes, certamente Lampião não teria cometido tantos crimes nem teria espalhado o terror pelos sertões nordestinos por quase vinte anos.

⁸⁸ MELLO, 2019, pp. 159; 189; NASCIMENTO, 1998, p. 243; PERICÁS, 2010, p. 35.

⁸⁹ CHANDLER, 1981, pp. 129; 190; MELLO, 2019, p. 153).

⁹⁰ Jornal baiano A Tarde, de 24 de março de 1932, apud MELLO, 2019, p. 168.

Em depoimentos às autoridades e jornalistas, muitos coronéis afirmaram que, devido às circunstâncias, foram forçados a ter negócios com Lampião e com outros chefes cangaceiros e ainda apoiá-los em suas necessidades. É possível que haja verdade nessa afirmação. Em um ambiente onde o que valia na luta pela sobrevivência era a lei do mais forte, não era prudente tornar-se inimigo de Lampião. Lembrando que a segurança pública era deficitária, com um policiamento insuficiente, despreparado e mal pago. No entanto, o cangaço era produto daquela realidade de violência, exploração, abandono social, secas e extrema pobreza da população. É bem verdade também que os cangaceiros, como vimos ao longo desse trabalho, estiveram por diversas vezes a serviço dos coronéis: nas disputas por poder, nas guerras entre famílias rivais, em assassinatos de inimigos e opositores, persuadindo pessoas a abandonar ou vender suas propriedades por valores abaixo do mercado, forçando eleitores a votar nos candidatos do coronel, além dos atrativos lucros que se tinha ao se negociar com cangaceiros. A verdade é que, em troca do apoio dado, os coronéis, por muitas vezes, se valeram dos sórdidos serviços dos cangaceiros para defender seus próprios interesses.

4.4 – Vargas, a Revolução de 1930 e o fim do Cangaço

Alguns fatores contribuíram decisivamente para o fim do cangaço. Já desde a década de 1920, os presidentes dos estados⁹¹ de Pernambuco, Bahia, Alagoas, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte se reuniram, por algumas vezes, para juntos traçarem planos de combate ao cangaço. Entre os acordos firmados estava a permissão para que destacamentos policiais adentrassem as fronteiras de um outro Estado, quando em perseguição aos criminosos. Segundo Mello (2019, p. 142), entre 1927 e 1928, o chefe da polícia de Pernambuco, Eurico de Souza Leão, com o apoio do presidente do estado, Estácio de Albuquerque Coimbra, travou verdadeira guerra contra o cangaço. Apoiado por decisões jurídicas, as quais garantiam segredo de justiça para as ações tomadas por comandantes de volantes e chefes de destacamentos, empreendeu uma perseguição ferrenha aos coiteiros. Muitas arbitrariedades foram cometidas pelas tropas volantes, uma vez que a violência era uma prática comum nas ações policiais. Mello nos informa (2019, pp. 147-148) que alguns coronéis, juízes, delegados, subdelegados e inspetores de polícia foram presos ou destituídos do cargo, por suspeita de colóio com os cangaceiros.

Na Paraíba, o governador João Suassuna (1924-1928) intensificou o combate ao banditismo e ofereceu, segundo Mello (2019, p. 104), 10 contos de réis pela cabeça de Lampião,

⁹¹ Durante o Império, o governador era denominado de “Presidente de Província”. Com a implantação da República passou a ser “Presidente de Estado”. De 1930 a 1947 era chamado de “Interventor Federal”. De 1947 até os dias atuais é denominado de “Governador de Estado”.

soma considerável pra época. João Pessoa, sucessor de Suassuna no governo (1928-1930), em seu primeiro ano de mandato, dando continuidade à guerra ao banditismo, intimou os coronéis e outras autoridades paraibanas para que parassem de dar coito aos cangaceiros, prometendo agir com rigor contra “bandidos e protetores de bandidos”⁹². Pessoas foram presas, outras obrigadas a entregar suas armas à polícia, assim como casas e fazendas de pessoas influentes foram invadidas pela polícia, sob suspeitas de envolvimento com crimes de mando.

A batalha travada por João Pessoa contra as oligarquias paraibanas e o banditismo não teve o êxito esperado, devido à falta de apoio do governo federal, à influência de políticos e coronéis, contrários às suas decisões e a falta de contingente policial para fazer valer e fiscalizar suas determinações.

Em 1929, João Pessoa era candidato a vice-presidente da República com Getúlio Vargas, pela Aliança Liberal, apoiada por Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. Nas eleições realizadas em 1º de março de 1930, venceu Júlio Prestes, candidato do presidente Washington Luís, com acusações de fraudes de ambos os lados. João Pessoa foi assassinado em um Café de Recife, por motivos que envolviam questões políticas e particulares⁹³.

A morte de João Pessoa deixou o clima político do país ainda mais tenso. A responsabilidade do crime recaiu sobre o presidente Washington Luís, acusado de negligenciar ajuda a João Pessoa na batalha contra os desmandos das oligarquias dominantes. Esse episódio levou a oposição a unir-se contra o governo. Vargas, que fazia parte de uma nova oligarquia, via nas disputas políticas entre São Paulo e Minas Gerais entraves aos seus interesses. Aproveitando a imagem de João Pessoa como “mártir da República”, procurou consolidar seus planos “revolucionários”, buscando apoio entre os militares, em matérias jornalísticas e com políticos influentes de alguns estados. Com o movimento tenentista, em 3 de outubro de 1930 foi deflagrada uma luta armada no Rio Grande do Sul, que se estendeu para a Paraíba, Minas Gerais e Pernambuco. No Rio de Janeiro, no dia 24 do mesmo mês, os generais Mena Barreto e Tasso Fragoso mais o almirante Isaías Noronha, depuseram Washington Luís, faltando pouco tempo para o término de seu mandato. Em 3 de novembro, uma junta de governo transmitiu o

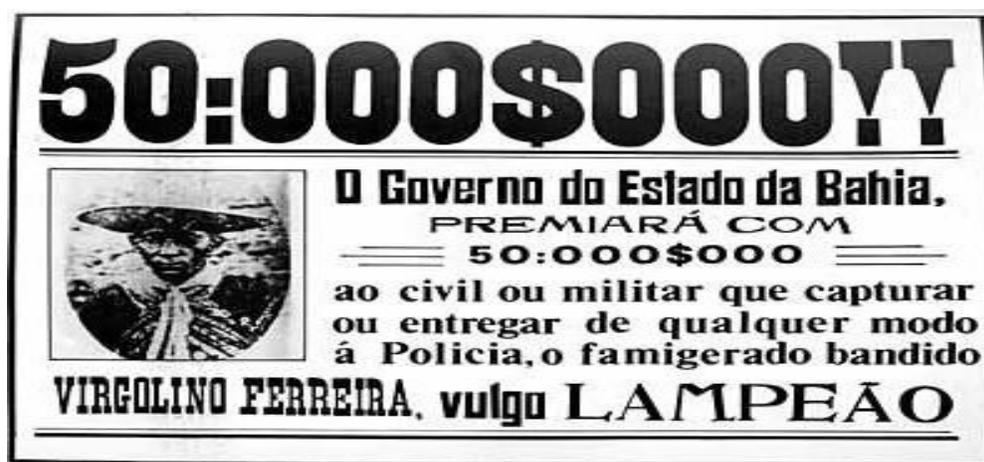
⁹² SILVA, Gian Carlos de Melo (Org.). **Os crimes e a história do Brasil**: abordagens possíveis, p. 117. Maceió: Edufal, 2015.

⁹³ Ibid, pp. 130-132.

poder a Getúlio Vargas, líder político da revolta. Era o fim da Primeira República⁹⁴. O cangaço enfrentaria novos tempos.

Ao assumir a presidência da República, Vargas destituiu todos os presidentes dos estados e nomeou interventores para governar. Nos primeiros anos da década de 1930, seu governo travou uma árdua batalha de desarmamento dos coronéis, sobretudo aqueles que lhe fizeram oposição, não permitindo que se tornassem núcleos de resistência ao novo governo. Segundo Facó (1976, p.191), os coronéis Franklin Albuquerque e Horácio de Matos, ambos ricos fazendeiros de grande prestígio político no sertão baiano, foram presos. Outros coronéis foram destituídos de cargos políticos que ocupavam⁹⁵. Ainda em setembro de 1930, Frederico Costa, presidente da Bahia, mandou distribuir cartazes pelo sertão com a fotografia de Lampião, oferecendo 50 contos de réis para quem o capturasse “de qualquer modo”. Segundo Mello (2019, p. 160), era uma verdadeira fortuna pra época. Era o valor de dez automóveis novos. Essas ações trouxeram certas dificuldades para os grupos de cangaceiros em relação à aquisição de armas e munições. Chandler nos informa (1981, p. 161) que durante o ano de 1931, o grupo de Lampião teve alguns confrontos com a polícia, sobretudo nos meses de novembro e dezembro, em que a polícia baiana esteve no seu encalce.

Imagem 10



Ainda segundo Mello (2019, p. 218), após nova conferência ocorrida em Recife, em julho de 1935, pelos presidentes dos estados de Pernambuco, Ceará, Alagoas, Bahia, Sergipe, Rio Grande do Norte e Paraíba, na qual se discutiu novo convênio de combate ao banditismo,

⁹⁴ Nova Enciclopédia Barsa. Vol. 14, p. 305. São Paulo: Encyclopædia Britannica do Brasil Publicações, 1999; PRIORE, Mary Del. Histórias da Gente Brasileira. Vol. 3 – República: Memórias (1889-1950), pp. 74-79. Rio de Janeiro: Casa da Palavra/ Le Ya, 2017.

⁹⁵ Ver CHANDLER, 1981, p. 155.

uma das medidas aprovadas foi a fiscalização nas canoas que navegavam pelo São Francisco. Foi reforçada a exigência de matrícula para cada uma das embarcações. Muito embora houvesse meios de burlar essa exigência, ela não deixava de ser um empecilho para os donos das embarcações, que passaram a ter certa dificuldade para transportar mantimentos, armas e munições para os cangaceiros.

Uma outra dificuldade que os cangaceiros tiveram que enfrentar foi uma maior contratação de sertanejos para aumentar o efetivo das volantes. Os cangaceiros passaram a lutar com grupos de homens que viviam a mesma realidade de pobreza que eles, criados nos mesmos sertões e caatingas, acostumados com privações, sol forte e longas caminhadas, conhecedores dos lugares por onde os cangaceiros costumavam andar. Até as vestes que usavam era semelhante às dos cangaceiros (MELLO, 2019, pp. 99-100). Nesse período, a atuação desses civis na luta contra o cangaço foi de grande importância. Vários cangaceiros afamados, chefes de subgrupos do bando de Lampião, foram mortos em combate. Como exemplo podemos citar Criança, Mariano, Pai Véio, Zé Baiano, Pavão e Pontaria.

Outro aspecto importante na luta contra o cangaço foi a aquisição de melhores armamentos pelas polícias estaduais, como a submetralhadora, além da criação do 2º Batalhão de Polícia em Santana do Ipanema/AL, no final de julho de 1936, pelo interventor federal Osman Loureiro de Farias (MELLO, 2019, pp. 198; 200-201). Lucena Maranhão, então major e comandante do novo batalhão, mandou um recado para que os coiteiros parassem de ajudar os cangaceiros (MELLO, 2019, p. 205).

Com a implantação da ditadura do Estado Novo (1937-1945) de Getúlio Vargas em 1937, não havia mais espaço para que grupos de cangaceiros vivessem aterrorizando a vida das pessoas pelos sertões nordestinos. Pressionado pela Inglaterra, que tinha lucrativos negócios no setor ferroviário do Nordeste e estudos para prospecção de petróleo no Raso da Catarina/BA, Vargas intimou os interventores dos estados nordestinos que combatessem e erradicassem o banditismo de suas regiões. Em seus empreendimentos progressistas, Vargas pretendia levar o desenvolvimento para todas as regiões do país, incluindo o Nordeste. Os coiteiros, que durante anos deram apoio aos cangaceiros, agora estavam açoitados pelas autoridades. Por vezes tiveram que faltar com a cobertura dada aos bandoleiros, por suas propriedades estarem ocupadas pelas volantes. E com o apoio reduzido dos coiteiros, era difícil de se sustentar em meio àquela vida de perseguições, tiroteios e privações.

Segundo Carvalho (2015, p. 264), outros fatores também contribuíram para o fim do cangaço: a abertura de estradas, financiadas pelo governo federal, permitindo um maior fluxo de carros e caminhões; a expansão telegráfica, trazendo uma melhor comunicação entre as cidades; a logística das tropas volantes e, como já citado acima, um número cada vez maior de recrutas e a aquisição de armas mais modernas. O conjunto desses fatores foram determinantes para o fim do cangaço.

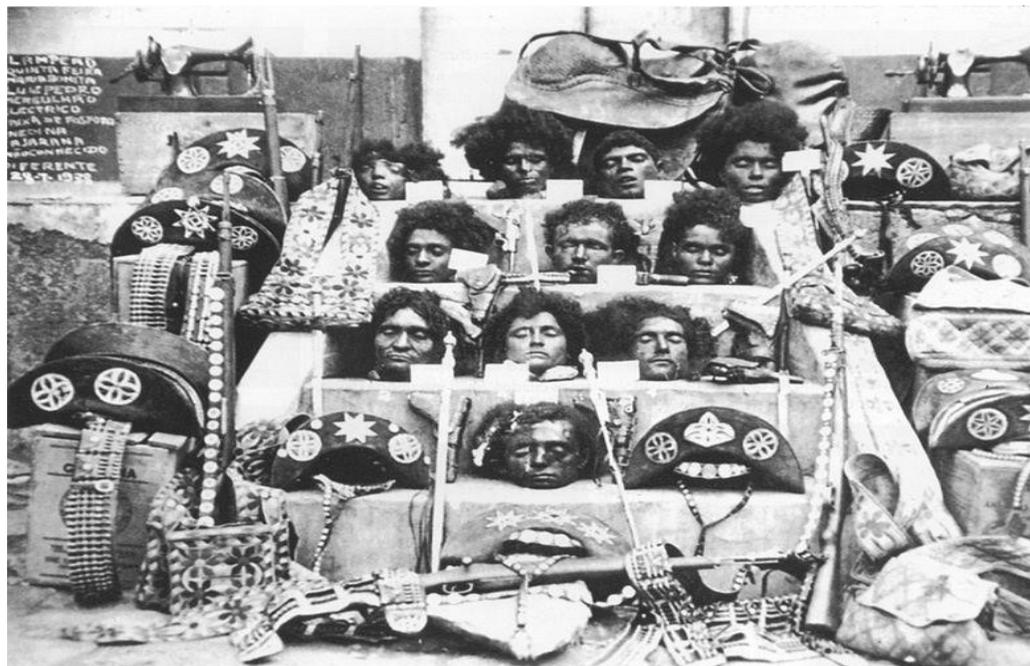
Em 28 de julho de 1938, o principal núcleo de cangaceiros foi eliminado na Grota de Angicos, no município de Poço Redondo/SE, num trabalho em conjunto do tenente João Bezerra, o aspirante Francisco Ferreira de Mello e do sargento Aniceto Rodrigues da Silva, ambos da polícia alagoana, e que resultou na morte de Lampião, sua companheira Maria Bonita e mais nove cangaceiros. Com a morte de seu maior líder o cangaço chegava ao fim. Nos meses subsequentes, vários cangaceiros se entregaram à polícia. A anistia dada pelo presidente Getúlio Vargas, assegurava a garantia de vida para cada cangaceiro que se entregasse, mas ele seria preso e iria para prisão. Era a justiça que exigia, de alguma forma, uma reparação pelos muitos crimes cometidos⁹⁶.

Imagem 11



⁹⁶ Ver MELLO, 2019, pp. 262; 264-265; 275-276; 291.

Imagem 12



Há quem afirme que o cangaço terminou definitivamente com a morte de Corisco, ocorrida em 25 de maio de 1940, em Brotas de Macaúbas, Jeremoabo, a 600 km de Salvador/BA, em uma emboscada da volante de Zé Rufino⁹⁷. Na verdade, ele já não estava mais em atividade. Meses antes tinha dissolvido o grupo, além de estar com os braços deficientes por conta de tiros recebidos em combates com a polícia meses antes. Na ocasião ele estava indo embora para o Sul, para recomeçar nova vida. Estava mais para um retirante ou alguém em fuga.

Ao acabar o cangaço, acabava também a longa trajetória de homens que, vivendo à margem da lei, ostentavam uma mistura de bravura, coragem e atos de selvageria, através de suas armas penduradas ao corpo, de suas vestes adornadas com ouro, de seus cabelos longos, de suas longas andanças, seus sofrimentos, seus crimes cruéis, seus amores e mortes.

⁹⁷ Ver CHANDLER, 1981, pp. 257-258; MELLO, 2019, p. 293.

CONCLUSÃO

O cangaço foi um fenômeno social surgido por volta da segunda metade do século XIX e que durou até o final da década de 1930. Mesmo extinto há mais de oito décadas, esse tema continua a despertar o interesse de historiadores, sociólogos, pesquisadores e um número cada vez maior de estudiosos. A figura do seu mais famoso personagem, Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião, continua presente no imaginário popular, no folclore nordestino, nas cantigas de roda e nos versos dos poetas. Suas façanhas se eternizaram no cinema, na televisão, na literatura de autores consagrados como Graciliano Ramos (Viventes das Alagoas) e José Lins do Rego (Cangaceiros), além da vasta literatura de pesquisadores de várias áreas científicas. Assim, o cangaço está muito presente na história e na cultura nordestina.

Este trabalho não tem a intenção de tornar “justa e nobre” a figura do cangaceiro, mas aprofundar o contexto social em que esses homens e mulheres estavam inseridos. Nossa intenção, ao aprofundar a pesquisa, foi buscar respostas para questões no sentido de saber as implicações sociais que levavam tantos homens, mulheres e até adolescentes a ingressar nas fileiras do cangaço.

O cangaço retratava os graves problemas sociais vividos naquele período, como a miséria, a ausência do poder público, a violência desmedida e o abandono social em que vivia a maior parte da população nordestina da jovem República. Segundo Chandler (1981, p. 271), “o cangaço teve várias e diferentes origens, umas baseadas na perversidade humana, e outras, nas condições sociais extremamente injustas”. O seu surgimento está diretamente ligado a fatores, os quais estavam bem presentes na realidade sertaneja durante as décadas de 1920 e 1930:

- O latifúndio, que há décadas privilegiava ricos fazendeiros, os quais tinham forte poder econômico e possuíam grandes extensões de terra. Essas pessoas eram, quase sempre, bem relacionadas com autoridades políticas do lugar, as quais lhes beneficiavam com cargos, recursos públicos e as benesses da lei.
- A ausência do Estado, onde os recursos públicos estavam a serviço da esfera privada, contrastando com a falta de políticas públicas que favorecessem o bem-estar social daquela região.
- As más condições de vida a que estavam submetidos os trabalhadores do campo: baixos salários, longas jornadas de trabalho, alimentação precária, péssimas condições de moradia, ausência de escolas e serviços de saúde, além das secas periódicas. A

irregularidade das chuvas prejudicava enormemente a agricultura e a pecuária, o que tornava a vida do sertanejo ainda mais difícil.

- A violência no campo, onde jagunços armados, por vezes a mando de ricos senhores, assaltavam nas estradas, saqueavam fazendas, assassinavam pessoas, incendiavam plantações e matavam animais.
- As volantes policiais que agiam com extrema violência e crueldade para com as populações pobres, cometiam vários arbítrios, certos da impunidade.
- A falta de justiça no meio rural, onde prevalecia a justiça das armas dos pistoleiros a serviço dos coronéis. A ausência de um judiciário sério, com juízes nomeados segundo a conveniência dos mandatários locais; julgamentos compostos por jurados e testemunhas de caráter duvidoso. Esse mau funcionamento da justiça nos sertões nordestinos muito contribuiu para a figura do coronel.
- As sangrentas disputas travadas entre famílias influentes por poder político e pela posse da terra, levavam à contratação de vários grupos armados, verdadeiros exércitos formados por jagunços. Estes, oriundos de famílias muito pobres, e que viam nesse tipo de trabalho a possibilidade de servir a uma família de posses, a qual lhe daria trabalho, comida e abrigo. Num ambiente onde a violência estava sempre presente, esse pertencimento era importante. Era preciso escolher um lado, aliar-se para se proteger dos abusos da polícia e dos jagunços.

Mesmo resultando de uma situação de extrema pobreza a que o homem do campo estava submetido, embrutecido pela vida rude e injustiçado nos mais elementares direitos sociais, os cangaceiros não lutavam contra as autoridades corruptas nem contra os ricos coronéis. Antes, aliavam-se a eles, praticando os mais diversos crimes. Sua luta não era por justiça social nem contra a fome ou a miséria. Lutavam por seus próprios interesses.

Com as mortes de lampião, Maria Bonita, sua companheira, e mais nove de seus asseclas, na Grota de Angicos, Poço Redondo/SE, na manhã de 28 de julho de 1938, o cangaço praticamente chegava ao fim. Nos meses que se seguiram, os cangaceiros sobreviventes ou se entregaram a polícia, ou fugiram para outros estados, abandonando de vez a vida de cangaceiro, ou foram mortos em combate com as volantes.

O fim do cangaço não significou o fim de velhas práticas criminosas, perpetradas no tempo. Ainda encontramos em nossa sociedade resquícios do coronelismo de outrora. Não mais na pessoa do coronel, dono de engenhos e terras. Hoje o coronel trocou a garbosa farda militar

da Guarda Nacional por terno e gravata. É a política dos “novos coronéis” na pessoa de políticos corruptos, empresários desonestos e autoridades públicas criminosas. E na disputa entre eles para se perpetuar no poder, são noticiados pelos meios de comunicação casos de corrupção, nepotismo e até assassinatos. Assim, a violência ainda norteia os rumos de muitos lugares nos sertões nordestinos, e, como bem se percebe, muitos dos crimes praticados pelos cangaceiros ainda estão bem presentes em nossos dias. Os que levantam a voz para reivindicar direitos, há muito negligenciados, têm suas vidas ceifadas pelas balas assassinas dos matadores de aluguel. A luta pela terra continua a ser um dos mais complexos problemas sociais que existe no campo, causando incontáveis mortes. A violência policial, estampada nos jornais, não cessa de fazer vítimas, e a justiça, com seus inúmeros entraves, parece favorecer a impunidade dos bem afeiçoados do poder.

Ainda há muito a ser pesquisado sobre o cangaço, visto ser um tema bem abrangente. Apesar dos esforços para as pesquisas aqui reunidas, as exaustivas leituras e elaboração de textos, fica aqui registrado a alegria de ter contribuído, através deste trabalho, para uma melhor compreensão da nossa história.

Os cangaceiros nos deixaram como lição a coragem para lutar e a capacidade de resistir as dificuldades do caminho. Ainda hoje os nordestinos lutam e resistem contra a exploração, o preconceito, a violência no campo e na cidade, as intempéries da natureza e o descaso das autoridades. É de suma importância que se denuncie as injustiças cometidas contra o nosso povo nordestino, formado por uma gente guerreira, que tem na sua origem toda uma história de luta e resistência por sua liberdade e sobrevivência. Pois essa história é a História de todos nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALENCAR, José de. **O Sertanejo**. 2ª ed. - São Paulo: Ática, 1977.

ARRUDA, Pedro Fassoni. **Capitalismo Dependente e Relações de Poder no Brasil: 1889-1930**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BENÍCIO, Manoel. **O Rei dos Jagunços** – Crônica Histórica e de Costumes Sertanejos. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio de Rodrigues & C, 1890 – Biblioteca do Senado Federal. Vol. nº 3037, de 1974.

BONFIM, Luiz Ruben F. de A. **Fim do Cangaco**: As Entregas. Paulo Afonso: Edição do autor, 2015.

CARVALHO, Cícero Pérciles de. **Formação Histórica de Alagoas**. 3ª ed. - Maceió: Edufal, 2015.

CHANDLER, Billy Jaynes. **Lampião** – O Rei dos Cangaceiros. Coleção Estudos Brasileiros; Vol. 46. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Ed. Especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

FACÓ, Rui. **Cangaceiros e Fanáticos**. 4ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Organizadores). **O Brasil Republicano** – O Tempo do Liberalismo Oligárquico: Da Proclamação da República à Revolução de 1930 (Primeira República – 1889-1930). Vol. 1, 10ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

HOBSBAWM, Eric. **Bandidos**. 4ª ed. - São Paulo: Paz e Terra, 2010.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto**: O Município e o Regime Representativo no Brasil. 7ª ed. - São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MACEDO, Nertan. **Lampião**: Capitão Virgulino Ferreira. 5ª ed. Rio de Janeiro: Renes Ltda., 1975.

MELLO, Frederico Pernambucano de. **A Guerra Total de Canudos**. 3ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Escrituras, 2014.

_____. **Apagando o Lampião** – Vida e Morte do Rei do Cangaco. 1ª reimpressão: 2019. São Paulo: Global, 2018.

NASCIMENTO, Geraldo Maia do. **Amantes Guerreiras**: A Presença da Mulher no Cangaco. Mossoró: Fundação Guimarães Duque, 2001.

NASCIMENTO, José Anderson. **Cangaceiros, Coiteiros e Volantes**. São Paulo: Ícone, 1998.

Nova Enciclopédia Barsa (Vários colaboradores). Vol. 5. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações, 1999.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os Cangaceiros** – Ensaio de Interpretação Histórica. São Paulo: Boitempo, 2010.

PRIORE, Mary Del; VENÂNCIO, Renato. **Uma Breve História do Brasil**. 2ª ed. - São Paulo: Planeta, 2016.

_____. **Histórias da Gente Brasileira**. 3º Vol. – República: Memórias (1889-1950). Rio de Janeiro: Casa da Palavra/LeYa, 2017.

QUEIROZ, Álvaro. **Episódios da História das Alagoas**. 4ª ed. - Maceió: Edição do Autor, 2017.

QUEIROZ, Rachel de. **O Quinze**. Rio de Janeiro: Cameron, 2018.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro** – A Formação e o Sentido do Brasil. 2ª ed. – São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Gian Carlo de Melo (Org). **Os Crimes e a História do Brasil** – Abordagens Possíveis. Maceió: Edufal, 2015.

SOUZA, Anildomá Willans de. **Lampião: O Comandante das Caatingas**. 3ª ed. – Serra Talhada: Aquarela, 2001.

Revistas Consultadas

Revista Algo Mais – A Revista de Pernambuco. Ano 5, nº 59, fevereiro de 2011.

Revista Realidade. Ano VII, nº 80. Editora Abril, novembro de 1972.

Jornais Consultados

Diário de Pernambuco, Recife, segunda-feira, 28 de julho de 2008, p. A7.

BARBOSA, Severino. Quem levou a vantagem na guerra aos cangaceiros. **Jornal de Alagoas**, Maceió, sábado, 28 de agosto de 1982, p. A5.

Jornal Gazeta de Alagoas, Maceió, sexta-feira, 31 de julho de 1998, p. B6.

Vídeos Pesquisados na Internet

A Ilusão do Cangaço. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=ybxCMU0MC4c>>. Acesso em 03/08/2019.

A Musa do Cangaço. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=YDPJYidXn6Q>>. Acesso em 10/08/2019.

Corisco: Um Cabra de Lampião.

Disponível: <<https://www.youtube.com/watch?v=5IxcCnoX9hM>>. Acesso em 10/08/2019.

Entrevista com o cangaceiro Vinte e Cinco.

Disponível em: <lampiaoaceso.blogspot.com/search/label/Vinte%20e%20Cinco>. Acesso em 28/08/2019.

Lampião e Maria Bonita – Conversa com Bial.

Disponível em: <[youtube.com/watch?v=V5geMOQwkc](https://www.youtube.com/watch?v=V5geMOQwkc)>. Acesso em 17/08/2019.

Zé Rufino, o Matador de Cangaceiro.

Disponível em: <[youtube.com/watch?v=M51rLH3wefw](https://www.youtube.com/watch?v=M51rLH3wefw)>. Acesso em 03/08/2019.

Trabalhos Consultados na Internet

ALESSIO, Renata Lira dos Santos. **A Representação Social na Literatura de Cordel sobre o Cangaço.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932004000400007&Ing=en2nrm=iso>. Acesso em 21/07/2019.

FRANCO, Gustavo H. B.; LAGO, Luiz Aranha Correa do. **A Economia da República Velha: 1889-1930.** Departamento de Economia da PUC-Rio. Disponível em: <www.economia.puc-rio.br/pdf/td588.pdf>. Acesso em 17/07/2019.

<<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=720>>. Acesso em 06/08/2019.

<<http://lampiaoaceso.blogspot.com/search/label/%C3%82ngelo%20Roque%20%22%20Labareda%22>>. Acesso em 03/08/2019.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. **Primeira Guerra Mundial: Impactos sobre a Economia e a Sociedade Brasileira – 1914-1918.** Revista Portuguesa de História, nº45, 2014. Imprensa da Universidade de Coimbra. Disponível em: <<https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/35354/1/RPH45-artigo3.pdf>>. Acesso em 21/07/2019.

VILLELA, Jorge Mattar. **Clementino Quelé – Banditismo Rural e Administração da Segurança no Brasil da Primeira República.** Disponível em: <ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/2307>. Acesso em 25/07/2019.

Créditos das imagens

Imagem 1: Grupo de cangaceiros fotografados por Benjamin Abrahão em maio de 1936. Imagem disponível em: <<https://www.otempo.com.br/diversao/magazine/biografia-revela-aventureiro-arabe-que-filmou-lampiao-1.353645>>. Acesso em 19/08/2019.

Imagem 2: Lampião e parte de seu bando na fazenda Jaramataia, de propriedade do médico e político Eronides de Carvalho, no município de Gararu/SE, em 27 de novembro de 1929. Imagem extraída do livro “Apagando o Lampião”, de Frederico Pernambucano de Mello, 2019, imagem nº 26. Da esquerda, sentados: Lampião, Moderno, Zé Baiano e Arvoredado. Em pé: Mariano, Ponto Fino, Calais, Fortaleza, Mourão e Volta Seca.

Imagem 3: Subgrupo de Corisco (primeiro de pé à esquerda), na fazenda Beleza, Pão de Açúcar/Alagoas, 1936. Imagem extraída do livro “Apagando o Lampião”, de Frederico Pernambucano de Mello, 2019. Imagem nº 44.

Imagem 4: Bando do cangaceiro Gato (5º da esquerda pra direita), em 1936. Foto de Benjamin Abrahão. Ver: Gato, o sanguinário cangaceiro: <lampiaoaceso.blogspot.com/2009/10/gato-o-sanguinario-cangaceiro.html>. Acesso em 19/08/2019.

Imagem 5: Volante de João Bezerra, após o assassinato de Lampião em Angicos /Sergipe, 1938. Imagem extraída do livro “Os Cangaceiros – Ensaio de Interpretação Histórica”, de Luiz Bernardo Pericás, 2010, p.73.

Imagem 6: Volante baiana do aspirante Zé Rufino (José Osório de Farias), em Serra Negra/Bahia, 1936. Imagem extraída do livro “Apagando o Lampião”, de Frederico Pernambucano de Mello, 2019. Imagem nº 59.

Imagem 7: Cangaceiro Barreira com a cabeça de seu companheiro Atividade, no povoado Caboclo, em Pão de Açúcar/Alagoas, setembro de 1938. Imagem extraída do livro “Apagando o Lampião” de Frederico Pernambucano de Mello, 2019. Imagem nº 91.

Imagem 8: Coronéis do Cacau, Ilhéus/ Bahia. Imagem disponível em: <http://www.orlandocruz.com.br/coroneis_cacau.html>. Acesso em 19/08/2019.

Imagem 9: À esquerda, charge extraída da Revista Careta, ano 20, número 974, 19 de fevereiro de 1927. À direita, charge extraída do Blog do Carlos. Disponível em: <<http://nogueira0571.blogspot.com/2016/02/charges-sobre-voto-de-cabresto.html>>. Acesso em 26/08/2019.

Imagem 10: Cartaz distribuído pelo governo Frederico da Costa, da Bahia, em meados de 1930. Recompensa pela captura de Lampião. Imagem extraída do livro “Os Cangaceiros – Ensaio de Interpretação Histórica”, de Luiz Bernardo Pericás, 2010, p. 64.

Imagem 11: Cabeças dos Cangaceiros mortos na manhã de 28 de julho de 1938, em Angicos. Imagem extraída do site <https://direitoshumanosmt.blogspot.com/2015/04/o-cangaco-12-fotos-e-7-fatos.html>. Acesso em 25/08/2019.

Imagem 12: As cabeças dos cangaceiros mortos. Escadaria da Prefeitura de Piranhas, na tarde após o ataque em Angicos. Imagem extraída do livro “Apagando o Lampião”, de Frederico Pernambucano de Mello, 2019. Imagem nº 76.